



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

SUMÁRIO

1 - ATAS

- 1.1 - 11ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
- 1.2 - Reuniões de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

- 2.1 - Plenário
- 2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 17/6/2015

Presidência dos Deputados Adalclever Lopes e Hely Tarquínio

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Ata – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Questões de Ordem – Suspensão e Reabertura da Reunião – Questão de Ordem; chamada para recomposição de quórum; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos – Suspensão e Reabertura da Reunião – 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 35/2015; discursos dos deputados Durval Ângelo, Gustavo Corrêa e Sargento Rodrigues; encerramento da discussão; votação nominal do Substitutivo nº 1; aprovação – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.504/2015; discurso do deputado Lafayette de Andrada; apresentação da Emenda nº 1; encerramento da discussão; requerimento do deputado Vanderlei Miranda; deferimento; discursos dos deputados Durval Ângelo, Sargento Rodrigues e Rogério Correia; requerimento do deputado Gustavo Corrêa; deferimento; leitura da Emenda nº 1 e do parágrafo único do art. 19 do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno; votação nominal do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno, salvo emenda e destaque; aprovação; votação nominal do parágrafo único do art. 19 do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno; discursos dos deputados Lafayette de Andrada e Durval Ângelo; rejeição; anulação da votação; Questão de Ordem; renovação da votação; rejeição; requerimento deputado Lafayette de Andrada; deferimento; leitura e votação nominal da Emenda nº 1; rejeição – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.266/2015; apresentação da Emenda nº 3; encerramento da discussão; encaminhamento da emenda com o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.660/2015; encerramento da discussão; discursos dos deputados Sargento Rodrigues, Cabo Júlio, Rogério Correia, Noraldino Júnior, Missionário Marcio Santiago, Carlos Pimenta, Isauro Calais e Vanderlei Miranda; votação nominal do Substitutivo nº 1; aprovação – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 1/2015; requerimento do deputado Fred Costa; discurso do deputado Fred Costa; aprovação do requerimento; verificação de votação; rejeição; Questão de Ordem; discurso do deputado Fred Costa; Questão de Ordem – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Hely Tarquínio – Lafayette de Andrada – Braulio Braz – Ulysses Gomes – Doutor Wilson Batista – Agostinho Patrus Filho – Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Antonio Lerin – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bonifácio Mourão – Bosco – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Cherem – Felipe Attiê – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Alberto – João Leite – João Magalhães – Leandro Genaro – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Missionário Marcio Santiago – Noraldino Júnior – Nozinho – Paulo Lamac – Professor



Neivaldo – Ricardo Faria – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

Abertura

O presidente (deputado Adalclever Lopes) – Às 9h8min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

– O deputado Dirceu Ribeiro, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O presidente – Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres e de requerimentos.

Questões de Ordem

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, quero deixar registrado que nossa reunião foi aberta porque parte da oposição esteve aqui, registrou presença e permitiu que a reunião fosse aberta. É bom que já comecemos o dia tratando essa matéria desse jeito, até porque temos algumas questões hoje que devem ser colocadas de forma muito clara, sob pena de não conseguirmos mais fazer nenhum tipo de acordo com a base do governo. Queremos deixar registrado nos anais da Casa que a reunião de hoje foi aberta porque os deputados da oposição se fizeram presentes e chegaram a um número que permitiu que abrissemos a reunião. Apenas deixamos isso registrado porque certamente teremos necessidade de fazer acordos mais adiante.

O deputado Durval Ângelo – Antes disso, solicito questão de ordem, presidente. Eu só gostaria de registrar que, primeiro, a presença é obrigação de qualquer deputado. Temos 41 deputados presentes e, para abrir a reunião, precisaríamos de 26. Acho que aqui, na hora da presença, não distinguimos deputados de situação ou de oposição, olhamos o interesse do projeto que estiver em jogo. Temos 41 deputados presentes. E digo mais: aí o deputado Sargento Rodrigues tem razão, porque o quórum qualificado de uma PEC é de 48 deputados e não temos o quórum qualificado. Mas é bom deixar bem claro que aqui não somos deputados nem de situação nem de oposição, somos deputados de Minas Gerais.

O presidente – A presidência agradece a presença de todos os deputados da oposição e da situação, e é por esse motivo que vão acontecer a reunião e a votação.

Suspensão da Reunião

O presidente – A presidência vai suspender a reunião por 50 minutos para entendimentos entre as lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente – Estão reabertos os nossos trabalhos.

Questão de Ordem

O deputado Durval Ângelo – Pela importância da matéria em pauta, solicito a recomposição do quórum.

O presidente – É regimental. A presidência solicita ao secretário que proceda à chamada dos deputados para a recomposição de quórum.

O secretário (deputado Dirceu Ribeiro) – (– Faz a chamada.)

O presidente – Responderam à chamada 33 deputados. Portanto, há quórum para a continuação dos trabalhos.

Suspensão da Reunião

O presidente – A presidência, nos termos do § 4º do art. 249 do Regimento Interno, vai suspender a reunião por 30 minutos para que se configure o quórum para votação. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente – Estão reabertos os nossos trabalhos.

2ª Fase

O presidente – Não havendo matéria a ser apreciada nesta fase, a presidência vai passar à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O presidente – Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 35/2015, do governador do Estado, que acrescenta o § 6º ao art. 283-A da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em discussão, a proposta. Com a palavra, para discuti-la, o deputado Durval Ângelo.

O deputado Durval Ângelo* – Peço autorização para discutir daqui debaixo, é possível, Sr. Presidente?

O presidente – Sendo em pé, V. Exa. pode falar.

O deputado Durval Ângelo* – Perfeitamente. Sr. Presidente, esta Assembleia, sob a presidência de V. Exa. e de toda a Mesa, chega em um momento muito especial, vencendo uma etapa que era ansiada por muita gente, que é a votação dos projetos da educação. Para nós, que somos parlamentares há muito tempo, que estamos nessa luta da educação há muito tempo, vemos o coroamento de um trabalho. Como disse ontem, esta Casa está de parabéns porque vai votar essas medidas da educação na presidência de V. Exa., que é um deputado que tem tido aqui uma postura muito firme ao lado da educação e dos professores.

Quero registrar a sensibilidade do governo Pimentel ao dialogar com o sindicato – esse é um diferencial –, e ainda que essa emenda, como todo o projeto, é uma vitória de toda a Casa. Situação e oposição estão irmanadas aqui para votar essas medidas. Hoje, também vamos aproveitar para votar a prorrogação dos contratos dos agentes penitenciários socioeducativos. É um momento de festa e tem que ser visto assim na Assembleia Legislativa. É um momento muito significativo, muito especial. Dentro do esboço maior, essa PEC



complementa o projeto da educação, que está sendo votado em 2º turno. Há uma consequência entre os dois para impedir até depois mal-entendidos e processos judiciais longos no governo. Então, estamos votando a PEC primeiro, porque ela é condição para depois votarmos o outro projeto. Quero agradecer o esforço de todos. É bom vermos a Casa com a pauta do bem, votando coisas boas, votando direitos.

O presidente – Com a palavra, para discutir, o deputado Gustavo Corrêa.

O deputado Gustavo Corrêa – Bom dia a todos. Cumprimento o deputado Adalclever Lopes, presidente desta reunião, demais parlamentares, os telespectadores da TV Assembleia, as senhoras e os senhores das galerias. Presidente, inicio a minha fala mencionando duas palavras cujos significados fiz questão de pesquisar no dicionário Aurélio, melhor chamado na minha escola, naquela época, de pai dos burros. A primeira palavra é divergência, que é definida pelo Aurélio como diferença de opinião, desentendimento, discordância. A segunda palavra que fiz questão de pesquisar é respeito, que quer dizer consideração, deferência e reverência. Espero que essas duas palavras vão ao encontro de todos que aqui estão. Estamos na Casa do povo. Aqui, as divergências sempre existirão e vão existir. O respeito entre todos os que aqui trabalham é fundamental para a boa prática da política mineira.

Quero alertar os senhores e as senhoras e aqueles que não me conhecem. Hoje, pela internet, é fácil conhecer-me. Presidente, farei um breve histórico: sou neto, com muito orgulho, de um ex-deputado desta Casa, que foi deputado federal por sete mandatos, e secretário de Educação de Minas Gerais. Grande parte das escolas hoje existentes são frutos do seu trabalho. Ele foi um secretário que sempre tratou bem todos os professores, até porque é professor e tem mestrado em vários cursos, várias áreas. Foi ministro da Justiça, foi ministro do Supremo Tribunal Federal, foi presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Ele sempre me ensinou que, na vida, devemos ter ética, coerência e transparência.

Desde o meu primeiro mandato – faço aqui um desabafo –, sempre procurei seguir esses princípios que mencionei. Sempre pautei o meu trabalho na ética, coerência, transparência e no respeito para com todos os senhores e senhoras. Nunca deixei de ouvir e aceitar determinadas queixas. Se as acolhi ou não, vai ao encontro do que acabei de dizer, porque tenho a minha ética e a minha coerência. Nunca subi a esta tribuna para fazer votação demagoga, nunca precisei disso, até porque os meus eleitores conhecem muito bem o meu trabalho. Quantas e quantas vezes determinados parlamentares que hoje são da situação se utilizaram de mecanismos mais sujos que este parlamentar. Sempre fui transparente, avisei que pediria vista por vários motivos. O atual governo teve duas semanas para elaborar o substitutivo, sendo que, de segunda-feira até a tarde de ontem, fez mais de três alterações.

Será que eu, um pobre parlamentar, com a insignificância que tenho, não tenho condições de analisar com mais calma? Confesso a cada uma das senhoras e dos senhores que as 12 horas que me foram dadas para vista não me convenceram. Votarei “sim” para não prejudicar nenhuma das senhoras e dos senhores, mas não sei se terei a tranquilidade para colocar a cabeça no travesseiro e dormir. Não estou convencido de que essa matéria, de que esse substitutivo é o melhor para vocês.

Presidente, volto ao início da minha fala considerando que a divergência e o respeito devem imperar neste Plenário. Caro presidente, termino fazendo um pedido a V. Exa. e ao deputado Durval Ângelo, líder de governo: informem, digam ao governador que, da oposição, ele jamais terá o tratamento baixo, ridículo que determinados parlamentares tiveram com os governos passados: subiam nesta tribuna para fazer ofensas pessoais. Estou certo de que seria um pedido do senador Aécio Neves não irmos para o lado pessoal, mas para divergir em ideias e projetos. Esse será sempre o papel da oposição. O governador Pimentel pode ter tranquilidade, porque nenhum parlamentar da oposição subirá à tribuna para fazer o papel ridículo que, no passado, outros fizeram. Vamos, sim, divergir e cobrar do governador suas promessas de campanha, seus compromissos, para que os mineiros não sejam prejudicados. Essa será sempre a posição da oposição.

O presidente – Com a palavra, para discutir, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues – Obrigado, presidente. Como sou regimentalista, há uma diferença entre encaminhar e discutir. V. Exa., como deputado experiente, sabe bem disso. Tranquilizo V. Exa., pois utilizaremos o tempo do encaminhamento, e não da discussão, até porque precisamos votar a matéria.

Primeiro, quero cumprimentar as senhoras e os senhores deputados, os trabalhadores em educação, que, mais uma vez, estão presentes no Plenário – parabeno-os pela luta, parabeno-os pela disposição, parabeno-os pela mobilização –, e os agentes penitenciários e socioeducativos que se fazem presentes. Este é um dia muito especial para vocês, pois estão com o emprego numa situação delicada.

Presidente, ao fazer a discussão da PEC nº 35, que trata da educação em nosso Estado, gostaria de dizer que, primeiro, estamos coerentes com nossas posições. Cumprimento o deputado Gustavo Corrêa, que me antecedeu, que, de forma muito lúcida e muito firme, manteve sua serenidade, sua tranquilidade no pedido de vista. Esse pedido de vista, deputado Gustavo Corrêa – fiz intervenções na Comissão de Administração Pública –, permitiu que conseguíssemos fazer correções importantíssimas no texto do Projeto nº 1.504, que trará enormes benefícios à vida dos trabalhadores em educação.

Os deputados da oposição não farão qualquer tipo de encaminhamento ou insinuação para dizer que são os autores de benefícios. Nada disso. Ninguém tem essa pretensão. Um papel importantíssimo do deputado que se encontra na oposição, num pedido de vista, é pegar o texto e fazer uma leitura, deputado Cristiano Silveira, fazer uma leitura atenta. O que está em votação? O governo teve tempo suficiente.

Vi o sacrifício do deputado Agostinho Patrus em conduzir o seu parecer – onde ele está? –, porque precisava de informações do governo, das Secretarias de Planejamento e de Fazenda, que estavam chegando a conta-gotas. Os professores precisam compreender isso, o abre e fecha da administração pública.

Ontem os professores queriam que votássemos. O professor está no seu papel, bem como o sindicato, que tem de mobilizar e pressionar. Mas o parlamentar tem de exercer o seu papel, não apenas de fiscalizar, mas de ler o texto. Não se pode votar a toque de caixa, sob pena de depois ter de votar outra matéria para corrigir o que foi votado. Presidente, fazemos aqui esse reparo em relação ao Projeto de Lei nº 1.504.



Gostaria, presidente, de voltar à proposta de emenda à Constituição, pois uma coisa está ligada à outra. Por isso vamos ao Projeto de Lei nº 1.504 e voltamos à Proposta de Emenda à Constituição nº 35. Neste momento o deputado João Leite está me substituindo na Comissão de Segurança Pública, que realiza uma audiência pública com vários convidados. Não é possível todos nós nos ausentarmos. Pedi ao deputado João Leite para permanecer lá, para eu estar aqui e fazer o encaminhamento dessa matéria.

Há preocupação nossa, da oposição, em relação aos designados. Estamos muito preocupados com eles. São 68 mil trabalhadores designados. Ontem a minha preocupação aumentou, quando, no encerramento da reunião da Comissão de Segurança Pública, recebemos duas serventúrias da educação, que trabalham há 29 anos como designadas. São senhoras de idade que precisam de amparo. O projeto será votado. Não haverá voto contrário. Quem estiver neste Plenário poderá observar o painel da Assembleia e verificar que não haverá voto contrário. Todos os votos serão favoráveis.

A situação de quem é concursado é mais tranquila, mais satisfatória. Estamos preocupados com os designados da educação, com esses 68 mil trabalhadores que estão com data marcada, porque infelizmente o Sr. Dias Toffoli assim encaminhou o seu parecer, quando relator. Podem tentar dizer o contrário, mas a posição de Dias Toffoli foi essa. Ele desencadeou todo esse processo, em que pese a lei ter conseguido amparar mais de 50 mil servidores, aposentados em face da Lei Complementar nº 100. Por outro lado, há cerca de 68 mil trabalhadores designados na educação. De forma criminosa, o Estado fez com que o contrato fosse renovado para quem estava há 2, 4, 6, 8, 10, 20, 25 e, como essas senhoras que encontrei ontem, 29 anos como designados.

Por mais que alguns militantes do Partido dos Trabalhadores ocupem as galerias desta Casa para apontar a direção do governo, o problema ocorre desde 1979, como disse o deputado Rogério Correia em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos, realizada em 19/12/2012. Já fiz questão de fazer a leitura das notas taquigráficas dessa reunião, mostrando o deputado Rogério Correia dizer que o problema se arrasta desde 1979. Deputado Gil Pereira, querem porque querem colocar a culpa em determinado governo. (– Manifestação nas galerias.)

O presidente – Peço aos senhores que respeitem o tempo do deputado Sargento Rodrigues, até por que quanto mais rápido ouvirmos o deputado, com paciência, o projeto será votado, o que é do interesse de todos. Com a palavra, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues – Sr. presidente, só quero informar aos nossos visitantes, a todos aqueles que aqui se encontram...

O deputado Lafayette de Andrada (em aparte)* – Estamos todos prontos, e sempre foi nossa luta tentar ajudar os servidores da educação. Votaremos favoravelmente a esse projeto, tenham essa tranquilidade, têm o nosso apoio. Votaremos favoravelmente. Mas quero fazer dois alertas importantes e fundamentais. (– Manifestação das galerias.)

O presidente – Por favor, senhores, o deputado Lafayette de Andrada está fazendo aparte ao deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Lafayette de Andrada (em aparte)* – Estou falando que votarei favoravelmente. Serei criticado por isso? (– Manifestação das galerias.)

O deputado Sargento Rodrigues – Sr. presidente, espero que o tempo seja respeitado.

O deputado Lafayette de Andrada (em aparte)* – Sr. presidente, dizia que votaremos favoravelmente. Mas quero fazer um alerta, que é importante. Não podemos ter aqui a dicotomia de que por que é do partido A ou B tem de ser vaiado. Temos de usar a razão, a serenidade, e ela nos diz que essa PEC, fruto de um acordo celebrado entre a categoria dos professores e o atual governo de Minas, encerra os subsídios e volta à sistemática anterior. Entretanto, essa PEC está mexendo com o art. 283 da Constituição, não está mexendo com o art. 116. O art. 116 permite o retorno dos quinquênios, mas ele não está sendo mexido. Estou fazendo o alerta de que estamos votando uma PEC em atenção ao pedido da categoria. Votaremos favoravelmente, mas é importante fazer o alerta de que essa PEC não trata do art. 116 do ADCT, portanto os quinquênios não estão vigorando novamente. É o alerta que preciso fazer.

Segundo alerta, e é importantíssimo: terão o nosso voto, terão o nosso apoio, mas estamos também apresentando uma emenda e pedimos o apoio para os designados. Está incorporada ao projeto uma emenda que também atende aos designados. Acho muito justo que votemos favoravelmente a ela.

Muito obrigado pelo aparte, deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues – Agradeço o aparte de V. Exa. Informo ao público presente que, para discutir uma matéria, o deputado dispõe de uma hora. Havia firmado compromisso com o presidente de que utilizaria o tempo do encaminhamento, que é de 10 minutos. Fui interrompido por duas vezes, então não concluirei o que tenho a dizer nesses 10 minutos.

Pessoal, se não querem que eu discuta por uma hora, deixem-me concluir o que tenho a dizer em 10 minutos, encerramos e vamos votar. Se continuarem a interromper, continuarei falando por uma hora, porque tenho disposição para isso, tranquilamente.

O presidente – A presidência deixa claro ao Plenário que o deputado Sargento Rodrigues disporá do tempo necessário para discutir a matéria. Ele está aqui fazendo a gentileza de usar o tempo do encaminhamento. Peço a compreensão de todos, pois, para a melhor condução dos trabalhos, é necessário que haja a ajuda de todos nós, que somos interessados. Em nome do povo de Minas, solicito que deixem o deputado Sargento Rodrigues concluir sua discussão. Para discutir, continua com a palavra, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues – Obrigado, Sr. Presidente. Concluíamos o nosso raciocínio, quando o deputado Lafayette de Andrada fez um aparte. A nossa maior preocupação é o encaminhamento destas duas matérias na Casa: o PL nº 1.504 e a PEC nº 35 – e especialmente essa última.

A PEC nº 35 nos traz a possibilidade de solucionar um enorme problema relativo aos 68 mil designados da educação. Eu falei da nossa preocupação a alguns deputados que prestavam atenção ao meu pronunciamento. O concursado tem todos os seus direitos garantidos em lei, mas os designados não podem ser tratados da forma como estão sendo tratados. Disse isso agora, na Comissão de Administração Pública, e repetirei: gostaria de ver o Partido dos Trabalhadores empenhado nessa causa, defendendo os trabalhadores designados da educação. Se a bandeira do partido é essa, se a sua origem partidária é ir às portas de fábricas para defender trabalhador, por que não defender os trabalhadores designados? Esse é o meu apelo.

Fico feliz porque o meu partido, o PDT, em Brasília tem votado de forma consciente e em favor dos trabalhadores; tem votado contra a retirada de seus direitos. Os 19 deputados do PDT no plano nacional têm tido uma postura impecável em defesa dos trabalhadores, e é uma atitude nessa mesma linha que cobramos do PT. O Partido dos Trabalhadores precisa ajudar a resolver o



problema dos designados. Seus deputados não podem dizer que pertencem ao PT, mas não estão movendo uma palha em favor dos trabalhadores. É preciso que o Partido dos Trabalhadores defenda os designados, apresente propostas que os favoreçam. Os 68 designados estão com a guilhotina no pescoço, ameaçados de demissão. Há senhoras que, há 29 anos, trabalham como designadas na educação, então é covardia colocá-las para fora, deixá-las com uma mão na frente e outra atrás. Apelo ao deputado Rogério Correia, do PT, líder do bloco, e ao deputado Durval Ângelo, do PT, líder de governo, para que busquemos uma solução que ampare esses trabalhadores.

Apresentei uma emenda ao Projeto nº 1.504, para minimamente amparar esses trabalhadores, que era o pagamento correspondente a uma remuneração do servidor a cada ano trabalhado em caso de seu desligamento. Mas, infelizmente, essa emenda foi derrotada pela base de governo.

Deixo aqui registrada, deputado Gustavo Corrêa – acho que V. Exa. não abordou esse problema –, uma questão, para que fique gravada nos anais desta Casa. Disseram que a oposição foi atacada, ontem, ao falar que não havia outra preocupação a não ser o pagamento de emenda parlamentar. Mas, durante 12 anos, essa foi a prática da oposição e hoje atual base de governo. Portanto, não venham dizer que a oposição hoje faz isso e que, no passado, não fazia. Que quem achar que o que digo é mentira venha a esta tribuna discordar das minhas palavras. Pode vir aqui, deputado Carlos Pimenta, e desmentir minha fala, pois não tenho preocupação alguma. Disse e vou repetir desta tribuna: por mim, acabava-se essa espécie de emenda parlamentar; sou favorável a que se acabe com a emenda parlamentar, exatamente para que, depois, não fique um deputado tentando dizer isso ou aquilo. Mas, no passado, nos 12 anos do governo anterior, essa foi a prática dos deputados que hoje compõem a base de governo.

Presidente, declaro o meu voto favorável, mas fazendo o mesmo registro feito pelo deputado Lafayette de Andrada: há um erro na PEC nº 35, e a ele me referi ontem. Os trabalhadores da educação serão prejudicados na questão de quinquênio, pois não está sendo alterado o art. 116 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias. Isso lhes trará prejuízo.

Porém, se os deputados da oposição votarem contra a PEC, vão dizer que estão contrários à educação. Não faremos isso, vamos votar favoravelmente, mas deixando registrado que há prejuízo para os trabalhadores da educação em relação ao lapso temporal 2003, 2010 e 2015. Vamos sentir isso na prática, porque eles vão retornar aqui: “Deputado, não estão contando os meus quinquênios; deputado, retiraram o meu trintenário”. Vamos viver isso na prática. Nosso encaminhamento é favorável, presidente.

O presidente – Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o art. 260, inciso I, c/c os arts. 201 e 255, do Regimento Interno. A presidência lembra ao Plenário que a proposta de emenda à Constituição será aprovada se obtiver, no mínimo, 48 votos favoráveis. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Antonio Lerin – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bonifácio Mourão – Bosco – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Dalmo Ribeiro Silva – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Cherem – Felipe Attiê – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Alberto – João Magalhães – Lafayette de Andrada – Leandro Genaro – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marcio Santiago – Noraldino Júnior – Paulo Lamac – Professor Neivaldo – Ricardo Faria – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

O deputado Nozinho – Meu voto é “sim”, Sr. Presidente.

O presidente – Está computado. Votaram “sim” 62 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovada, em 1º turno, a Proposta de Emenda à Constituição nº 35/2015 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão Especial.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.504/2015, do governador do Estado, que dispõe sobre a política remuneratória das carreiras dos profissionais da Educação Básica do Poder Executivo que especifica, altera a estrutura da carreira de Professor da Educação Básica e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o deputado Lafayette de Andrada.

O deputado Lafayette de Andrada* – Sr. Presidente, Srs. deputados, prezados servidores da educação que aqui estão. Em nome da liderança do bloco, estamos orientando o voto favorável ao projeto. Acreditamos, todavia, que o projeto está incompleto. Alguns avanços foram conquistados. Entretanto, não condiz com a fala do Sr. governador durante a campanha eleitoral, temos de admitir. Aquilo que foi prometido, as intenções do governador não foram atendidas. Estamos orientando favoravelmente a votação do projeto, mas estamos fazendo aqui algumas avaliações, porque a transparência e a discussão das ideias são importantes e é preciso que sejam ditas.

Durante a campanha eleitoral, houve um conjunto de compromissos, um conjunto de promessas feitas pelo governo atual, aquele que ganhou as eleições. Tenho a convicção de que grande parte da categoria que está aqui presente votou no governador em função das promessas e dos compromissos que foram feitos. Obviamente que sim. O que queremos observar é que os compromissos feitos, em seu conjunto, não estão atendidos nesse projeto. Isso tem que ficar claro. O governo tem suas razões, alegando falta de recursos, como fizeram os governos anteriores. Mas o fato é que os compromissos assumidos não estão integralmente conquistados nesse projeto. O que está sendo dado, na prática, é um abono de R\$190,00. Essa não foi a promessa. A promessa era o piso nacional. O que está aqui no projeto, temos que ser claros, é um abono de R\$190,00, com a promessa do piso em 2018. Estou falando o que diz o projeto. Ele diz que será concedido um abono de R\$190,00 e que o piso será incorporado em 2018. Esse é o texto do projeto.

Estou dizendo o que estamos votando aqui, não estou dizendo que está errado ou que está certo. Estou dizendo isso para amanhã não falarmos que fomos enganados. A promessa era uma, mas o texto que vamos votar – e vamos votá-lo favoravelmente – não é aquilo que foi prometido. É isso que quero esclarecer. É isso que quero deixar muito claro. O que estamos votando aqui é um abono de R\$190,00, que não entra no salário efetivo, que não conta para férias, não conta para quinquênio, é um abono de R\$190,00. E a promessa real do piso incorporado no vencimento, de acordo com o que estamos votando aqui, só vai vigorar em 2018. É isso que estou dizendo. Votaremos favoravelmente, mas o que estamos votando não é o que foi prometido. O que foi prometido era o piso a partir de agora, mas isso não está sendo concedido. O que está sendo dado é um abono de R\$190,00, que não será incorporado no projeto.

Em função disso, estamos apresentando uma emenda que é inteiramente coerente e que vai ao encontro do que a categoria deseja e sempre quis. A nossa emenda é que esse piso de R\$190,00 seja incorporado efetivamente aos vencimentos. Se tem o recurso para pagar o piso, por que é que não podem pagar esse mesmo piso dentro do vencimento? Essa é a nossa emenda. Acho que estamos indo de acordo com o que vocês sempre quiseram, com a luta de vocês, com aquilo que o governador prometeu. Essa é a linha.

Volto a insistir: votaremos favoravelmente. Estamos com vocês. Todos nós temos filhos, somos parentes de algum professor, de algum servidor da educação, portanto todos nós queremos ajudar. Sabemos da dificuldade que os governos anteriores tiveram, bem como o governo atual, mas, se tem dinheiro para pagar R\$190,00 de abono, por que não incorporam isso ao vencimento? É essa a indagação. E é nesse sentido que estamos apresentando uma emenda. Temos certeza de que, contando com a sensibilidade dos deputados, essa emenda será votada favoravelmente, porque não há razão para não votá-la assim. É isso que quero trazer. Esse é o esclarecimento. É isso que queremos dizer. Contem conosco. Estamos juntos, mas vamos fazer o correto, vamos fazer o que é justo, vamos fazer o que é direito.

Se é para fazer o que foi prometido, que seja dado o piso nacional, que será usado como referência. Houve um grande acordo, houve um grande clamor da categoria dos servidores da educação. Esse piso foi implantado no governo Lula, e agora temos aqui em Minas Gerais um governo do PT, mesmo partido do Lula e da Dilma, então nada mais natural que igualar o piso. E é exatamente esse o clamor. *O.k.*, vamos igualar, mas não por abono. Abono não é piso, abono é abono. A própria palavra fala. Abono não conta para 13º, não conta para férias, não conta para aposentadoria. Vai ser incorporado em 2018. Não, não, não, não, não. Estamos votando aqui uma promessa para 2018? Não é esse o acordo. Portanto, deputados, servidores da educação que estão nos ouvindo em toda Minas Gerais, contem com nosso voto, contem com o voto do nosso bloco, dos partidos de oposição. Queremos ver a educação melhor no Estado de Minas Gerais. Vocês terão nosso voto favorável. Mas acho que, para efetivamente ser cumprida a promessa do governador, para que efetivamente se cumpra o que está sendo divulgado na propaganda oficial do governo, não podemos votar o abono, mas o piso. A propaganda oficial do governo não está falando em abono, está falando em conquistas, e a conquista maior, segundo a propaganda oficial, é que efetivamente será pago aos servidores da educação o piso. Não é esse o texto do projeto. O texto do projeto oferece um abono de R\$190,00 e o piso em 2018. Esse é o texto. Vamos votar favoravelmente ao texto. Contem conosco. Mas estamos apresentando uma emenda que traz o abono para efetivamente ser incorporado desde já. Esse é o ponto. O abono tem de ser incorporado ao projeto e, nessa linha, estamos apresentando uma emenda. Para isso queremos contar com o voto favorável de todos os senhores deputados que estão aqui.

Presidente, eram essas as minhas palavras, era esse o esclarecimento, e peço destaque para a emenda.

O presidente – Não há outros oradores inscritos.

– Vem à Mesa:

EMENDA Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 1.504/2015

Suprimam-se os arts. 8º e 11 e as tabelas constantes dos itens V.1 e V.2 do Anexo V a que se refere o art. 9º do vencido e dê-se ao art. 9º a seguinte redação:

“Art. 9º - As tabelas de vencimento das carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica do Poder Executivo são as constantes no item V.3 do Anexo V, com vigência a partir da data de publicação desta lei.

Parágrafo único - Aplica-se aos pensionistas e servidores inativos que fizerem jus à paridade o disposto neste artigo.”

Sala das Reuniões, 17 de junho de 2015.

Lafayette de Andrada

O presidente – Encerra-se a discussão. A presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foi apresentada ao projeto uma emenda do deputado Lafayette de Andrada, que recebeu o nº 1, e que, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, será submetida a votação independentemente de parecer.

Vem à Mesa requerimento do deputado Vanderlei Miranda, em que solicita a votação destacada do parágrafo único do art. 19 do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno. A presidência defere o requerimento de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Durval Ângelo.

O deputado Durval Ângelo* – Sr. Presidente, acho que estamos avançando e vencendo mais uma etapa. Eu só gostaria de fazer à base do governo uma orientação de voto. Vamos votar agora em três momentos. Primeiro, vamos votar o substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.504, o projeto da redenção e da salvação da educação em Minas Gerais. Como já foi expresso pelo deputado Lafayette de Andrada, acho que todos nós votaremos “sim” na primeira votação. Votaremos pela educação em Minas. Depois disso, teremos uma segunda votação. Como líder do governo, fiz um destaque ao parágrafo único do art. 19 e estou fazendo a orientação para votarmos “não” nesse destaque. A terceira e última votação é a votação da emenda do deputado Lafayette de Andrada, para a qual também estou pedindo votarem “não” porque, se Fernando Pimentel não cumpriu todos os compromissos de campanha no início do seu governo, foi até pela situação do Estado. Muito nos sensibilizou ontem a fala do deputado Felipe Attiê, um deputado que respeito muito e sempre tenho dito isso a ele. Ele falou das dificuldades das finanças públicas em geral. Então, deputado Felipe Attiê, podemos ver como o

governador está fazendo um esforço muito grande para cumprir o que prometeu, diante do quadro das dificuldades que se apresentou antes. Então, minha orientação como líder do governo é a seguinte: primeira votação, “sim”, pela salvação da educação; no destaque, “não”; e na emenda, “não”. Muito obrigado.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, no momento só vou fazer 5 minutos de encaminhamento. Serei muito rápido. Vou falar da nossa felicidade em poder votar esta matéria e chegar a um final feliz para os trabalhadores em educação.

Discordo do ilustre deputado Durval Ângelo, até porque a emenda apresentada, que altera o art. 19, parágrafo único, citada pelo deputado Durval Ângelo, diz que, para aplicação do disposto no *caput*, considera-se o ingresso na carreira, a partir de 1º/1/2006, para os servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo das carreiras de técnico em educação e assistente técnico em educação básica. Presidente, é bom que os deputados da oposição saibam que essa emenda está assinada pelos deputados Rogério Correia, Professor Neivaldo e pelo presidente da Comissão de Administração Pública, deputado João Magalhães. Referida emenda foi sugerida pela presidente do Sind-UTE, pela Sra. Beatriz Cerqueira. Portanto, peço vênua ao líder do bloco, deputado Gustavo Corrêa, para orientar a votação no nosso encaminhamento. Votaremos favoravelmente à referida emenda.

Por se tratar de uma emenda oriunda do próprio Sind-UTE e assinada pelo líder do bloco da Casa, ou seja, pelo deputado Rogério Correia, e pelos deputados Professor Neivaldo e João Magalhães, não é possível que a base de governo não tenha a sensibilidade necessária para votar algo que é a defesa dos trabalhadores em educação.

Portanto, peço vênua aos meus líderes, deputado Gustavo Corrêa e deputado Gustavo Valadares, para dizer que o nosso encaminhamento será favorável, isto é, a favor dos trabalhadores da educação. Os deputados da base de governo certamente entenderão que uma emenda como essa, assinada pelo líder do bloco, assinada pelo presidente da comissão e assinada pelo deputado Professor Neivaldo, merece a nossa atenção, o nosso respeito, e o nosso voto “sim”. Somos favoráveis a ela.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Rogério Correia.

O deputado Rogério Correia – Serei breve. Não poderia deixar, em nome do Bloco Minas Melhor, de fazer o meu encaminhamento favorável ao projeto de lei em questão. Existe um ditado que diz: o que é do homem o bicho não come. Estou falando dessa vitória dos professores e das professoras que há anos vêm lutando para obter o piso salarial na jornada de 24 horas. Essa jornada e esse piso agora serão agregados a todos os trabalhadores da educação de Minas Gerais: professores designados, professores ex-Lei 100, professores concursados, técnicos, auxiliares de serviço e aposentados. Todos contarão com essa vitória do piso na jornada de 24 horas. Uma vitória que veio com muita luta. Aliás, a maior luta que tivemos foi a maior greve da história que Minas Gerais já teve, de 112 dias.

Portanto, hoje podemos dizer que esta é a vitória dos professores e professoras, e não a vitória de um partido político ou de um deputado sozinho, mas a vitória do conjunto de uma luta muito grande. Essa vitória está personificada no Sind-UTE, ao longo de todo esse período em que ele resistiu a um procedimento equivocado da educação. Mas agora estamos dando passos largos para construir um outro modelo educacional em Minas, cujo fundamento é o respeito ao servidor público. Assim sendo, mais uma vez, rendo homenagens ao Sind-UTE na pessoa da sua coordenadora, a Profa. Beatriz Cerqueira, por ter conduzido essa vitória que estamos obtendo até agora. Parabéns.

É bom que essa votação seja feita por unanimidade dos deputados e deputadas desta Casa, porque isso vai consolidar uma vitória maciça dos professores deste Estado. Parabéns. Vamos votar favorável, evidentemente.

O deputado Gustavo Corrêa – Sr. Presidente, eu não vou encaminhar. Não tomarei o tempo dos parlamentares. Apenas solicito a V. Exa. que faça a leitura dos destaques e de cada emenda, mencionando seus respectivos autores.

O presidente – É regimental. A presidência solicita ao secretário que proceda à leitura da emenda e do destaque

O secretário (deputado Ivair Nogueira) – (– Lê a Emenda nº 1, publicada nesta ata, e o parágrafo único do art. 19 do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno, publicado na edição do dia 18/6/2015.).

O presidente – A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emenda e destaque.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Antonio Lerin – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bonifácio Mourão – Bosco – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Cherem – Felipe Attiê – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – Isaura Calais – Ivair Nogueira – João Alberto – João Magalhães – Lafayette de Andrada – Leandro Genaro – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marcio Santiago – Noraldino Júnior – Nozinho – Paulo Lamac – Ricardo Faria – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

O deputado Duarte Bechir – Meu voto é “sim”, Sr. Presidente.

O deputado Professor Neivaldo – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O presidente – Estão computados. Votaram “sim” 64 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 1, salvo emenda e destaque. Votação do parágrafo único do art. 19 do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Lafayette de Andrada.

O deputado Lafayette de Andrada* – Sr. Presidente, em 30 segundos. Esse destaque é a emenda do deputado Rogério Correia. Na prática ele trata do art. 19. Essa emenda foi feita por solicitação do Sind-UTE. Ela trata do seguinte: para fins de promoção, após o



estágio probatório. O texto do governo quer apenas que passe a contar a partir de 2008 o estágio probatório para fins de promoção. A emenda solicitada pelo Sind-UTE e apresentada pelo deputado Rogério Correia quer que haja a promoção a partir de 2006, o estágio probatório a partir de 2006, ou seja, para contar a primeira promoção a partir do estágio probatório. Então somos favoráveis à emenda do deputado Rogério Correia, trazendo para 2006 o velocímetro, vamos dizer assim. O taxímetro começa a girar a partir de 2006 para a contagem de promoção, a partir do estágio probatório. O governo quer que seja 2008. A emenda do deputado Rogério Correia atende aos anseios dos servidores. Votaremos favoravelmente a ela.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Durval Ângelo.

O deputado Durval Ângelo* – Primeiro, quero deixar bem claro que essa emenda não envolve nenhum professor. Os professores não estão nessa emenda. São os ATEs das superintendências regionais de ensino. A pessoa tem que saber o que está fazendo. O governo não fez o cálculo financeiro. Isso seria apenas para a primeira promoção. Como não há esse cálculo, estou encaminhando a base de governo para votar contra.

O presidente – Em votação, o parágrafo único do art. 19 do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno.

– Registram “sim”:

Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Bonifácio Mourão – Carlos Pimenta – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Fabiano Tolentino – Felipe Attiê – Gil Pereira – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – João Magalhães – Lafayette de Andrada – Leandro Genaro – Luiz Humberto Carneiro – Noraldino Júnior – Rogério Correia – Sargento Rodrigues – Tito Torres.

– Registram “não”:

Agostinho Patrus Filho – Antonio Lerin – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bosco – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fábio Cherem – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Glaycon Franco – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Alberto – Léo Portela – Leonídio Bouças – Marcio Santiago – Nozinho – Professor Neivaldo – Ricardo Faria – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

O deputado Arnaldo Silva – Presidente, votei primeiro acompanhando a base, mas, tendo em vista o voto do deputado Rogério Correia, vou acompanhá-lo, portanto quero retificar meu voto para “sim”.

O deputado Léo Portela – Presidente, da mesma forma, peço retificação do meu voto e também vou acompanhar o líder deputado Rogério Correia. Meu voto é “sim”.

O deputado Noraldino Júnior – Pela ordem, presidente. Acompanhando também o voto do deputado Rogério Correia, voto “sim”. Estou retificando meu voto.

O deputado Emidinho Madeira – Sr. Presidente, eu também havia votado “não”, mas quero votar “sim”. Também vou acompanhar o Rogério.

O presidente – Tendo em vista o grande número de pedidos de retificação de votos, a presidência torna a votação sem efeito.

Questão de Ordem

O deputado Durval Ângelo – Sr. Presidente, não existe renovação de votação.

O presidente – Como há muitos pedidos de retificação, a presidência vai renovar a votação. Em votação, o parágrafo único do art. 19 do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno.

– Registram “sim”:

Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Bonifácio Mourão – Carlos Pimenta – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Fabiano Tolentino – Felipe Attiê – Gil Pereira – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – João Magalhães – Lafayette de Andrada – Luiz Humberto Carneiro – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Tito Torres – Wander Borges.

– Registram “não”:

Agostinho Patrus Filho – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bosco – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fábio Cherem – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Glaycon Franco – Hely Tarquínio – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Alberto – Léo Portela – Leonídio Bouças – Marcio Santiago – Noraldino Júnior – Nozinho – Paulo Lamac – Professor Neivaldo – Ricardo Faria – Roberto Andrade – Rogério Correia – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

O presidente – Votaram “sim” 20 deputados. Votaram “não” 39 deputados. Está rejeitado o parágrafo único do art. 19 do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno. Votação da Emenda nº 1.

O deputado Lafayette de Andrada – Solicito a leitura da emenda.

O presidente – É regimental. A emenda já foi lida, mas solicitarei ao deputado Ivair Nogueira, abrindo uma exceção, que a leia novamente. A presidência solicita ao secretário que proceda à leitura da Emenda nº 1.

O secretário – (Lê a Emenda nº 1, publicada nesta ata.).

O presidente – Em votação, a Emenda nº 1.

– Registram “sim”:

Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Bonifácio Mourão – Carlos Pimenta – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Felipe Attiê – Gil Pereira – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – Lafayette de Andrada – Luiz Humberto Carneiro – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Tito Torres.

– Registram “não”:

Agostinho Patrus Filho – Antonio Lerin – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bosco – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristina Corrêa – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Durval



Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Cherem – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Glaycon Franco – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Iran Barbosa – Ivair Nogueira – João Alberto – João Magalhães – Leandro Genaro – Léo Portela – Leonídio Bouças – Marcio Santiago – Noraldino Júnior – Nozinho – Paulo Lamac – Professor Neivaldo – Ricardo Faria – Rogério Correia – Rosângela Reis – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

O deputado Cristiano Silveira – Sr. presidente, meu voto é “não”.

O presidente – Está computado. Votaram “sim” 16 deputados. Votaram “não” 46 deputados. Está rejeitada a Emenda nº 1. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.504/2015 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno, exceto o parágrafo único do art. 19 do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.266/2015, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a alienar à Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig – o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 2, que apresenta. Em discussão o projeto. Não há oradores inscritos.

– Vem à Mesa:

EMENDA Nº 3 AO PROJETO DE LEI Nº 1.266/2015

Dê-se ao art. 3º a seguinte redação:

“Art. 3º – Esta lei entra em vigor cento e oitenta dias após a data de sua publicação.”.

Sala das Reuniões, 17 de junho de 2015.

Gustavo Valadares

O presidente – Encerra-se a discussão. A presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foi apresentada ao projeto uma emenda do deputado Gustavo Valadares, que recebeu o nº 3, e, nos termos do § 2º do art. 188 do Regimento Interno, encaminha a emenda com o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira para parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.660/2015, do governador do Estado, que altera a Lei nº 18.185, de 4/6/2009, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição da República. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública, de Segurança Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência informa ao Plenário que o substitutivo encaminhado pelo governador do Estado por meio da Mensagem nº 27/2015, publicada em 4/6/2015, foi incorporado ao parecer da Comissão de Justiça e será arquivado nos termos do inciso IV do art. 180 do Regimento Interno. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues – Obrigado, presidente. Ao encaminhar o Projeto nº 1.660, para o qual, desde 2013, trabalhamos muito para que se tornasse realidade, cumprimento todos os agentes penitenciários e socioeducativos. Na pessoa do Sr. Ronan, parabênzo a todos pela perseverança, pela firmeza e, acima de tudo, pela mobilização que foi feita.

Novamente cumprimento os agentes penitenciários e socioeducativos, que estão nessa luta desde 2013, quando apresentamos aqui o Projeto de Lei nº 4.170. Naquele momento, fomos procurados por um grupo de agentes penitenciários socioeducativos, capitaneados pelo Ronan, que esteve aqui na Assembleia, todos os dias, acompanhando a tramitação do Projeto de Lei nº 4.170. De lá para cá, foram várias audiências públicas, várias intervenções para que pudéssemos mostrar ao governo essa necessidade. Vocês são testemunha de que tentamos aprovar essa matéria na Casa, no ano passado. Conseguimos levá-la ao 2º turno, mas, infelizmente, a atual base, especialmente os deputados do PT e do PMDB, não permitiram que ela fosse aprovada. No entanto, não desistimos, continuamos a nossa luta para que pudéssemos tornar este momento uma realidade.

Depois que apresentamos o Projeto de Lei nº 4.170 – ele foi votado em 1º turno, passou na Comissão em 2º turno e veio para o Plenário, onde tentamos aprová-lo, mas não conseguimos –, não desistimos. Naquele momento, desta mesma tribuna, disse aos deputados Rogério Correia e Durval Ângelo, que insistiam em fazer obstrução à matéria, que esse projeto de lei não resolve o problema de um governo, mas um problema do Estado. Por que Estado? Temos a Secretaria de Estado de Defesa Social, a qual a Subsecretaria de Administração Prisional está subordinada, e um sistema penitenciário socioeducativo que necessita da aprovação dessa matéria. Insistentemente, tentamos sensibilizá-los, mas não conseguimos. Ao retornar, nesta legislatura, apresentei o Projeto de Lei nº 840, e continuamos a bater na mesma tecla: fizemos uma audiência pública neste Plenário, com a participação de quase mil agentes penitenciários e socioeducativos, para pedir a aprovação dessa matéria.

Eles conhecem a nossa luta e a própria luta que desencadearam, porque acompanharam tudo desde o primeiro momento. Após a audiência pública, deputado Celinho do Sinttrocel, pedimos uma reunião com o secretário Bernardo Santana, a quem levamos a cópia do Projeto de Lei nº 840. Dissemos-lhe: “Secretário, se o senhor não pedir ao governo para encaminhar um projeto à Assembleia ou apoiar essa matéria, cerca de 6 mil agentes penitenciários e agentes socioeducativos serão demitidos, o que traria, na prática, um prejuízo imenso para o sistema de segurança pública, que ficaria fragilizado. Seriam demitidos, por força da Lei nº 18.185, de 2009, 6 mil agentes penitenciários e agentes socioeducativos de uma só vez. Com essas demissões, haveria um caos no sistema prisional. Mesmo que fossem contratados imediatamente 6 mil novos agentes, o sistema estaria fragilizado, porque os novos agentes não teriam nenhuma experiência, não teriam maldade, não conheceriam o cárcere, não saberiam lidar com os presos no dia a dia, não teriam experiência necessária para conduzir cadeias, penitenciárias. Com certeza, haveria uma fragilização do sistema prisional, justamente num momento em que as prisões estão cada vez mais lotadas.”

Portanto, vocês devem comemorar muito o dia de hoje. Estamos aprovando o projeto em 1º turno. Na semana que vem, se Deus permitir, vamos votá-lo em 2º turno, em definitivo. Deputado Durval Ângelo, na próxima terça-feira viremos aqui. Se conseguirmos quórum, poderemos votar o projeto amanhã, mas acredito que o mais certo é conseguirmos quórum na terça-feira. Deputado Durval Ângelo, V. Exa. faz a mobilização da base de governo. A oposição está orientada por mim a votar favoravelmente a essa matéria; vai comparecer a este Plenário para votá-la em definitivo.

Parabéns aos agentes penitenciários e aos agentes socioeducativos. Cumprimento o secretário Bernardo Santana, que, ao nos receber com um grupo de agentes, entendeu que o projeto era bom e deveria ser acolhido. Parabéns, vamos à luta, vocês estão no caminho certo. Quando somos coerentes naquilo que fazemos, independentemente de governo, independentemente de estarmos na oposição ou na situação, o interesse da coletividade sempre permeará a visão, a atuação e a vida cotidiana de cada parlamentar. Por isso estamos aqui hoje dizendo que o projeto que chegou em 1º turno vai atendê-los imediatamente. Mantivemos a coerência, desde 2013, no governo passado, e agora permanecemos firmes na luta. Parabéns, vamos à luta, que Deus os abençoe. Obrigado.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Cabo Júlio.

O deputado Cabo Júlio* – Presidente, quero saudar os agentes contratados e os do concurso que está parado, ou seja, o concurso de 2013. Faço essa saudação porque não são conflitantes entre si. Agradeço ao governador Fernando Pimentel, com quem estive há cerca de 40 dias e a quem disse: “Governador, há um problema: temos o primo pobre da segurança pública, que são os agentes penitenciários, os agentes socioeducativos e os agentes administrativos. Por que primo pobre? Porque são os últimos a serem ouvidos, os últimos a serem agraciados e não têm lei orgânica até hoje. Além disso, a partir do dia 17 de junho vão começar a cair os contratos dos agentes socioeducativos. O concurso está paralisado. Assim, vai haver um caos no sistema, porque de junho a fevereiro não haverá ninguém nas cadeias.” O governador Pimentel disse: “Vamos resolver o problema”.

Fui informado de que essa matéria não pode ser resolvida por projeto de deputado, porque é matéria de iniciativa do governo do Estado. O governador, durante aquela audiência pública, nos orientou a fazer o compromisso do governo. Ele enviaria o projeto para cá em regime de urgência, para, de uma vez por todas, honrar uma turma que está carregando esse sistema nas costas há 20 anos. E carregando nas costas de uma forma diferente.

O agente contratado, quando levanta o dedo e diz que deseja falar, que tem direito, escuta como resposta que será demitido. Ele não tem direito a ter direito. Essa é a regra. De uma vez por todas, o governador mandou o projeto para cá. Estamos saudando vocês e muitos dos colegas que estão há 15 anos, 20 anos sofrendo. Esse mérito é de vocês, é da luta de vocês.

Os colegas de 2013, por mérito próprio, passaram num concurso e continuam esperando – os do concurso de 2012, que se arrasta há 3 anos. Depois das eleições de outubro, o governo disse o seguinte: “Está bem, vou nomear alguém que passou no concurso de 2012, com a condição de começar a demitir os contratados”. E foram demitidas até meninas contratadas grávidas. Isso é uma covardia. Parabéns a vocês pelo mérito da mobilização. Os agentes contratados merecem nosso respeito, porque carregaram na corcunda esses 15 anos, 20 anos de um sistema que era o primo pobre. Parabéns a vocês!

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Rogério Correia.

O deputado Rogério Correia – Presidente, serei breve, não gastarei os 5 minutos. Em primeiro lugar, digo que há um compromisso do governo na continuidade do concurso de 2013, pois, com certeza, a partir dele novos servidores serão nomeados, já que essa é a única forma de ingresso na carreira como efetivo, após a Constituição de 1988.

Em primeiro lugar, agradeço ao líder Durval Ângelo por ter me delegado, em nome do Bloco Minas Melhor, a função de mediar, tocar e buscar a aprovação do Projeto nº 1.504, relativo aos professores. Com isso obtivemos uma grande vitória. Em nome do bloco, cumpro a minha função de coordenar o procedimento de apoio à proposição. Da mesma forma, o Durval designou o deputado Cabo Júlio para coordenar o mesmo procedimento com relação ao Projeto nº 1.660. O deputado Odair Cunha, hoje secretário de governo, ao fazer a remessa da mensagem do governador no projeto, fez questão de nela colocar o seguinte: (– Lê:) “Por oportuno, ressalto o empenho e a diligência do Exmo. Sr. Cabo Júlio, deputado estadual da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, figura proeminente, defensora do projeto de lei em comento, o que endossa seu manifesto apoio e atuação consertada com o governo”. Essas são as palavras do secretário Odair Cunha. Cabo Júlio, parabeno-o pela forma tranquila, serena e firme com que conduziu, dentro do Bloco Minas Melhor, a nossa aprovação. Parabéns a todos nós! Parabéns à luta de vocês! Obrigado.

O presidente (o deputado Hely Tarquínio) – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Noraldino Júnior.

O deputado Noraldino Júnior* – Sr. Presidente, parabeno o governo pela iniciativa, pelo reconhecimento desse grande trabalho. De público, faço um pedido de desculpas a essa classe de agentes prisionais e socioeducativos. Eu não conhecia a realidade de vocês. Eu achava que era uma classe já atendida, que já tinha os pleitos atendidos.

Faço uma referência ao deputado Missionário Marcio Santiago. Em nossa primeira reunião, V. Exa. me disse que seu relacionamento com o governo dependeria de como o governo trataria essa classe. Daí, perguntei ao deputado Missionário como estaria essa classe. O deputado me mostrou toda a realidade em que eles vivem. Assim, parabeno-os por terem eleito o deputado Missionário Marcio Santiago, assim como outras categorias elegeram seus representantes. Ele tem agido como formiguinha no gabinete de todos os deputados, para mostrar a vulnerabilidade em que essa classe se encontra.

Assim, peço desculpas a todos vocês e os parabeno pela eleição de um representante que nos dá condição de mostrar o que sofrem, o que passam.

Quero fazer um compromisso aqui. A pedido do deputado Missionário Marcio Santiago, podem ter este deputado junto à luta de vocês, porque conheço a realidade de vocês e sei que é necessária a aprovação desse projeto, além de muitas outras conquistas. Parabéns ao deputado Missionário Marcio Santiago e aos outros deputados que têm ligação com essa classe, por honrarem o apoio e o voto a essa categoria. Muito obrigado.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Missionário Marcio Santiago.



O deputado Missionário Marcio Santiago* – Gostaria de cumprimentar essa classe de guerreiros que, como disse o nobre colega deputado Cabo Júlio, carregam o sistema prisional nas costas e que, há 15 anos, têm sofrido assédio moral. Muitos se lembram da situação por que passaram, um contrato de seis meses, e eram pressionados a cometer até abuso nas unidades prisionais.

Cumprimento o governo do Estado pela iniciativa. Sabemos da vulnerabilidade de todas as unidades prisionais e do déficit de agentes prisionais no Estado.

Gostaria também de pedir ao deputado Durval Ângelo, líder do governo, e ao nosso governo que se sensibilizem com a causa do concurso de 2013. Que haja, no mínimo, um cronograma, a ser respeitado. São dois anos. Pedimos isso, porque os concursados merecem atenção. Muitos estão desempregados, não têm o que fazer para sustentar suas famílias. Por isso peço-lhes atenção especial. À porta da Assembleia há alguns agentes penitenciários acampados, precisando de atenção. Que esse concurso tenha a celeridade necessária e que o próximo tenha as cotas necessárias, com prova de títulos para os agentes penitenciários contratados. Isso é mais que merecido e justo.

Deixo aqui os meus parabéns por essa conquista. Que possamos continuar a lutar por um sistema prisional mais justo nos próximos quatro anos de mandato. Muito obrigado, presidente.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Carlos Pimenta.

O deputado Carlos Pimenta* – Presidente, abrimos mão da discussão do projeto para tornar mais rápida a votação, mas não poderia deixar de usar da palavra nesta manhã. Vou usá-la para discutir um pouco acerca dos professores e para externar a minha opinião em relação aos agentes penitenciários.

Estamos aqui diante de três momentos. Primeiro, há a questão da prorrogação por tempo determinado dos agentes, que, de acordo com a lei, teriam de deixar o cargo hoje: o governador prorrogou o tempo deles. Segundo, há a questão do concurso. Quem faz concurso quer e precisa ser empossado no cargo. Senão, para que fazer concurso? Como foi dito aqui, o concurso não conflita com a prorrogação do tempo. Terceiro, é importante que o governo entenda que esse é o primeiro passo que está sendo dado.

Os agentes trabalham para a segurança do Estado no ambiente mais perigoso que existe, expõem constantemente sua vida, lidam com bandidos, com criminosos. Mas observamos que não há sequer uma lei orgânica para disciplinar o trabalho que realizam. É um trabalho perigoso, em um ambiente perigoso, e o governo precisa se esforçar para elaborar a sua lei orgânica, para dar melhores condições salariais e de trabalho, porque eles fazem a defesa do que há de mais importante, do que a sociedade mais clama hoje, ou seja, segurança pública.

Parabéns aos senhores! Usem esse tempo. Espero que muitos dos senhores, senão todos, possam ser reconduzidos. O tempo de experiência dos senhores de trabalhar em presídios é precioso. Gostaria que os agentes, que passaram no concurso, possam ser empossados e valorizados, porque o povo mineiro tem de dizer obrigado aos senhores agentes penitenciários. Muito obrigado aos senhores.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Isauro Calais.

O deputado Isauro Calais – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, público presente, funcionários desta Casa, não utilizarei mais que 3 minutos na minha intervenção.

Tive oportunidade de ser o relator dessa matéria, que considero extremamente importante para a segurança em Minas Gerais. Quero me dirigir aos Srs. Deputados. Fui defensor público por 27 anos, militando nas cadeias públicas de Juiz de Fora. Os deputados de Juiz de Fora, como Lafayette de Andrada, Antônio Jorge, Noraldino Júnior e Missionário Marcio Santiago conheceram o Presídio de Santa Terezinha, que era a sucursal do Inferno. Militando, vi a Polícia Militar dentro dessas cadeias públicas, desses presídios, muitas das vezes tirando homens das ruas, também vi a Polícia Civil dentro dessas cadeias públicas.

Sr. presidente, considero de suma importância a chegada do agente penitenciário, do agente de segurança pública no sistema, porque isso realmente deu condição para as Polícias Civil e Militar estarem nas ruas, trabalhando, cumprindo sua função, uma vez que esses cidadãos realizam um trabalho heroico dentro do sistema penitenciário.

Muitas vezes, os contratados tinham contrato de seis meses, renovado por mais seis meses, e não podiam estudar, não podiam comprar um automóvel, porque não tinham segurança. Acho que a renovação desse contrato por mais três anos garantirá a esses profissionais a continuidade desse importante trabalho. Parabéns a vocês por isso.

Como membro do Bloco Independente, quero informar que só um deputado de nosso bloco não está presente, os outros estão aqui votando essa importante matéria.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Vanderlei Miranda.

O deputado Vanderlei Miranda – Sr. Presidente, Srs. Deputados e todos os que acompanham nossos trabalhos das galerias nestes dias, porque não foi só hoje, serei breve. Este momento é uma oportunidade que tenho de me alegrar principalmente com a categoria dos agentes penitenciários. O Ramon está ali e é testemunha daquela canetada que o ex-secretário de Defesa Social Maurício Campos deu à época, colocando mais de 300 pais e mães de família na rua. Uma irresponsabilidade. Compramos uma briga nesta Casa, e o deputado Sargento Rodrigues também participou desta discussão à época. O governo teve de retornar com os mais de 300 agentes penitenciários, porque paramos a Casa em favor da categoria.

Agora, temos a alegria de ver que, ainda no apagar das luzes, com todo o aperto, com todo o sufoco, o projeto de prorrogação para garantir o trabalho dos senhores e das senhoras está sendo votado. Fico muito feliz em poder participar desses dois momentos. Mas quero participar ainda de um terceiro momento, espero que ainda consiga ver neste mandato, que será ver essa categoria totalmente organizada, protegida e amparada, como deve ser com uma categoria que serve à segurança do Estado. Muito obrigado.

O presidente – A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:



Agostinho Patrus Filho – Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Antonio Lerin – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bonifácio Mourão – Bosco – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho do Sintrocel – Celise Laviola – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Felipe Attiê – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Alberto – João Magalhães – Lafayette de Andrada – Leandro Genaro – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marcio Santiago – Noraldino Júnior – Nozinho – Paulo Lamac – Professor Neivaldo – Ricardo Faria – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

O deputado Wander Borges – Meu voto é “sim”, Presidente.

O deputado Cristiano Silveira – Presidente, meu voto é “sim”.

O deputado Elismar Prado – Presidente, meu voto é “sim”.

O presidente – Estão computados. Votaram “sim” 60 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.660/2015 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 1/2015, do deputado Fred Costa, que altera a Lei Complementar nº 89, de 12/1/2006, que dispõe sobre a Região Metropolitana de Belo Horizonte. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Assuntos Municipais opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. Vem à Mesa requerimento do deputado Fred Costa em que solicita o adiamento da votação do Projeto de Lei Complementar nº 1/2015. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Fred Costa.

O deputado Fred Costa – O projeto de lei que seria colocado em votação é de minha autoria. Peço a compreensão de todos porque eu próprio, como seu autor, quero fazer uma observação e, para isso, peço o prazo de cinco dias para, depois, ele voltar à pauta. Votar de acordo com o meu requerimento protocolado na Mesa é “sim”.

O presidente – Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado.

O deputado Gustavo Corrêa – Verificação, Sr. Presidente.

O presidente – É regimental. A presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico; para tanto, solicita às deputadas e aos deputados que não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. A presidência solicita às deputadas e aos deputados que ocupem seus lugares e informa que terá computada a presença, para efeito de quórum, o deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto. Em votação, o requerimento.

– Proceda-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O deputado Leonídio Bouças – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O deputado Nozinho – Sr. Presidente, quero encaminhar meu voto “não” ao requerimento.

O presidente – Estão computados. Votaram “sim” 12 deputados. Votaram “não” 25 deputados. Com o presidente e os deputados Cristiano Silveira e Léo Portela, totalizam-se 40 parlamentares. Está retificada a aprovação do requerimento.

Questão de Ordem

O deputado Fred Costa – Sr. Presidente, posso pedir verificação.

O presidente – O deputado tem o tempo que desejar, mas, se for compreensivo com os colegas...

O deputado Fred Costa – Tenho total compreensão e respeito pelos colegas que estão aqui desde a manhã, muitos tinham compromissos pré-agendados e tiveram de desmarcá-los, outros estão me fazendo uma solicitação. Como atendo ao apelo dos colegas e sou solidário, vou pedir verificação de quórum.

O presidente – Acabamos de fazer a verificação da votação do requerimento de V. Exa., houve quórum e o requerimento foi rejeitado. Por isso concederemos a palavra a V. Exa. para discutir o Projeto de Lei Complementar nº 1/2015.

O deputado Fred Costa – É regimental, presidente.

O presidente – É regimental, mas terminamos.

O deputado Fred Costa – Sr. Presidente, o que solicitei é regimental.

O presidente – A presidência decide que V. Exa. não tem direito a pedir nova verificação. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discuti-lo, o deputado Fred Costa.

O deputado Fred Costa* – Concedo aparte ao nobre colega deputado Rogério Correia, aquele que hoje conseguiu, com sua inata vocação, com sua capacidade e de maneira auspiciosa, salvar uma classe que é fundamental para o nosso país. Aqueles que acreditam na verdadeira transformação social defendem e incentivam a educação de qualidade. Esta Casa hoje, liderada pelo corajoso deputado Rogério Correia, que vem lutando com galhardia ao longo de toda a sua trajetória política, obteve uma grande vitória. Quero parabenizar V. Exa., parabenizar os nobres deputados, o coletivo desta Casa. Com muito prazer, concedo-lhe aparte.

O deputado Rogério Correia (em aparte) – Obrigado pelas suas palavras, deputado Fred Costa. Quero também elogiar V. Exa., que se preocupa com o tema importante que vamos passar a discutir, a Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH. Saber o que é essa região metropolitana é assunto complexo, por isso entendo a atitude de V. Exa. de não apenas colocar o projeto em debate, mas também de buscar saber, junto aos pares da Casa, o que deve e o que não deve ser incluído no chamado cordão metropolitano. É algo sobre o qual ainda não temos consenso. Nesse caso, dois municípios estão sendo incluídos: Itabira e João Monlevade.

Pelo que o deputado Fred Costa nos adiantou, ele está pensando em incluir também outros municípios, além de João Monlevade e Itabira, na RMBH. Penso, deputado Fred Costa, que é oportuno reabrirmos o processo, até para que os demais deputados possam também ver se há inclusão ou não de outros municípios na RMBH. Com certeza, é uma atitude sobre a qual nós, que somos da RMBH – o deputado Paulo Lamac também vai usar a palavra –, queremos opinar. Mas quero adiantar ao deputado Nozinho, um batalhador para que João Monlevade e especialmente Itabira façam parte da região metropolitana, que terá o voto do Bloco Minas Melhor, favorável à inclusão de Itabira no cordão metropolitano. É um dos municípios que tem de ser agraciado. Fazemos questão de

tranquilizar o Nozinho e de dizer que, se isso não for aprovado hoje, será aprovado. O deputado Tito Torres tem interesse na questão de João Monlevade, assim como nós, que também queremos que isso aconteça.

Então, atrasar hoje a votação não significa posicionamento contrário, somos favoráveis. Mas é claro que outros municípios também poderão ser incluídos.

Deputado Fred Costa, aproveitou a oportunidade para agradecer a V. Exa. as palavras elogiosas que foram colocadas a meu respeito com relação ao projeto dos professores, mas não poderia deixar, mais uma vez, de enaltecer a postura do governador Fernando Pimentel em relação ao sistema educacional mineiro. Quem diria? Há sete anos os professores lutam em torno de um piso salarial da categoria e, em poucos meses deste governo, conseguiram avançar num acordo, deputada Geisa. Terça-feira vamos votar o 2º turno da PEC. Vamos votar também a redação final do Projeto nº 1.504/2015. A partir de junho os professores passarão a ter um piso salarial nacional da categoria. Acabou o subsídio, aquele regime que engolia a carreira, que fazia com que os mais velhos tivessem seu salário achatado. Começa-se a fazer justiça a uma categoria tão sofrida como é a categoria dos trabalhadores da educação. Tive a oportunidade de dizer isso várias vezes e quero novamente cumprimentar o governador Fernando Pimentel porque considero que, a partir da aprovação pela Assembleia Legislativa deste projeto, o governador Fernando Pimentel estará cumprindo a sua principal promessa de campanha, que é a valorização da educação. Todos nós, deputados, vereadores, parlamentares de maneira geral e também prefeitos, presidentes, governadores, perguntados no palanque eleitoral sobre qual é a prioridade, não pestanejamos e dizemos claramente: a educação é a nossa prioridade. Alguém precisa colocar isso em prática. A presidente Dilma acenou nacionalmente com a pátria educadora, e agora o governador Fernando Pimentel faz um acordo histórico com os trabalhadores da educação e estabelece o piso na carreira para a jornada de 24 horas semanais.

Deputada Geisa e deputado Paulo Lamac, presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, vou dizer com toda sinceridade: eu não tinha convicção absoluta se conseguiríamos isso porque as objeções vinham de alguns lados. A área econômica é sempre muito preventiva. “Será que vamos ter recursos?” Alguns deputados chegaram a dizer aqui que isso era loucura, que era muito caro. Então era óbvio que isso encontraria resistência no setor econômico de governo, mas o governador Fernando Pimentel foi firme. Se é uma determinação, é para fazer. Eu tinha dúvidas também se o sindicato teria paciência de negociar esses pontos com a firmeza que teria de ter. E a pessoa da Profa. Beatriz Cerqueira, junto com o Sind-UTE, foi fundamental para que o acordo de fato acontecesse. Eu que fiz parte do processo de negociação em todo o período vi que houve momentos em que muitos duvidaram. O governo desconfiava que o sindicato não queria o acordo, que queria tencionar, que uma greve seria inevitável. E nós dissemos ao governo: o sindicato quer realmente o seu objetivo, que são as plataformas econômicas apontadas, e não um objetivo político. E convencemos o governo de que era necessário se aprofundar nas negociações. Outra hora o sindicato dizia: “Não, o governo está nos enrolando. O governador não vai aplicar isso nada, é apenas enrolação do sindicato”. E eu afiançei ao sindicato e à Profa. Bia que o governo queria fazer – não a totalidade de tudo que os professores merecem –, que havia o ordenamento do governador Pimentel para que o acordo fosse feito.

Do resultado, por muitas vezes, muitos duvidaram. Assinamos um acordo – trabalhadores da educação, sindicato e governo –, como dizia o presidente Lula, jamais ocorrido em toda a história de Minas Gerais. Eu vi de tudo, deputado Paulo Lamac, deputado Celinho do Sinttrocel, presidente Hely Tarquínio. Vi governador jogar água em professora, chamar professora de malcasada, botar polícia e não deixar as professoras fazerem manifestação até a Praça Sete. Vi governador cortar biênio, quinquênio, piso salarial, fazer subsídio. Vi covardias e covardias.

Vi até governador cortar direito à alimentação de professores. Foram 12 anos de choque, choque de gestão. Muito choque e pouca gestão. Vi de tudo. Achei que ia morrer ou deixar de ser parlamentar sem ver o Sindicato dos Trabalhadores em Educação assinar um acordo. É por isso que falei da tribuna que o que é do homem o bicho não come. Essa vitória tem nome. É a vitória do Sind-UTE, dos trabalhadores da educação, e a vitória do governo Pimentel, que também inclui os deputados da base do governo que aqui, valentemente, alcançamos e acreditamos nesse objetivo.

Fui porta-voz de um bloco que marchou coeso e que disse ao governo e ao sindicato para confiar em nós, para confiar em nosso bloco que não está aqui só para dizer amém, mas sim para construir pontes e melhorar o sistema educacional. Parabéns, trabalhadores da educação; parabéns, professoras; parabéns, governo Pimentel; e parabéns a todos os deputados que, ao final, votaram favoravelmente ao projeto, especialmente os deputados do Bloco Minas Melhor e do Bloco Independente, os quais, desde o início, construíram esse objetivo. Muito obrigado e parabéns, deputado Fred Costa.

O deputado Fred Costa* – Agradeço ao deputado Rogério Correia e concedo aparte, com todo prazer, ao meu colega, amigo, pessoa que respeito e admiro e que foi vereador comigo em Belo Horizonte, por uma legislatura e meia, deputado Paulo Lamac. Vimos juntos para a Assembleia, eleitos para o primeiro e segundo mandatos. É um deputado pelo qual tenho muito apreço e admiração.

O deputado Paulo Lamac (em aparte)* – Sempre agradecido pelas palavras. Se Deus quiser, estaremos juntos em outros desafios. Deputado Fred Costa, em sua breve introdução V. Exa. tocou em dois assuntos que considero de máxima importância. Após o desabafo do nosso líder, deputado Rogério Correia, sei que ele não citou explicitamente Raul Seixas, mas certamente ele também não nasceu 10 mil anos atrás, mas já viu muitas coisas estranhas e bizarras. Contudo, agora, V. Exas. estão tendo oportunidade de vivenciarem este momento histórico com esse acordo importantíssimo para a educação. Nada acontece por acaso. O governador Fernando Pimentel realmente acredita no desenvolvimento deste Estado e deste país. Ele sabe que só existe desenvolvimento com investimento em educação. Aliás, esse é o exemplo que todos os países que crescem nos mostram. Todos eles investiram significativamente em educação. Se agora serão investidos valores nunca antes investidos é porque o nosso governador Fernando Pimentel acredita em Minas e acredita no País. Se acabamos de assumir a perspectiva de maiores investimentos para os próximos anos é porque o nosso governador acredita na retomada do crescimento deste país, bem como no financiamento da educação por meio do pré-sal, como já foi aprovado pelo congresso Nacional.

Portanto, crer no nosso desenvolvimento a partir da educação implica em acreditar no nosso país e na retomada de seu crescimento. Não é à toa que estamos aqui hoje, o Bloco Minas Melhor, para defender todas essas ideias, porque acreditamos em Minas e

acreditamos no Brasil. É com base nessa crença, deputado Fred Costa, que V. Exa. falou, no início, sobre educação e região metropolitana. Aliás, vejo um *link* importante nisso. Neste exato momento, vivenciamos a retomada do processo de investimento em educação no nosso Estado, mas também estamos retomando o processo de planejamento das regiões metropolitanas. É um momento extremamente relevante, porque não é possível continuarmos acreditando que o desenvolvimento se dá a partir de ações isoladas, que acontecem paulatinamente sem qualquer conexão ou planejamento entre si. As regiões metropolitanas, os estados e o País precisam de planejamento para se desenvolverem.

A Região Metropolitana do Vale do Aço é algo muito recente, e o deputado Celinho do Sinttrocel está elaborando o seu PDDI, que será muito importante. A Região Metropolitana de Belo Horizonte também já realizou o seu e agora está concluindo o seu plano de macrozoneamento, mas não de todos os municípios do colar metropolitano.

Então, neste momento a proposta que se debate é introduzir municípios no colar, e esse é um desafio muito grande. Nenhuma das metrópoles, nenhuma das capitais do País deu conta ainda de se debruçar sobre o desafio dos colares metropolitanos. Contudo, já é realidade o nosso macrozoneamento metropolitano nos municípios da região, nos 34 municípios definidos da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Esse é, sem dúvida nenhuma, o caminho para pensarmos, de fato, o desenvolvimento. Então, quando V. Exa. menciona a preocupação sobre a questão metropolitana, os municípios e a articulação entre eles, vem aqui de maneira séria e responsável abordar uma questão que é a do momento.

Se falamos em desenvolvimento a partir de transporte, mobilidade urbana, cidades inteligentes, integração de regiões metropolitanas e cidades compactas, estamos falando das questões mais atuais para o desenvolvimento metropolitano que estão pautadas não apenas no Brasil e no Estado de Minas Gerais, mas também em todo o mundo. Então acredito que a observação de tais questões por V. Exa. demonstra realmente que estamos em um caminho importante de análise sobre como fazer e trazer desenvolvimento para o nosso Estado, que ocorrerá a partir da educação e do responsável planejamento das nossas cidades e da nossa sociedade.

Então parabenizamos V. Exa. pelo projeto e pela discussão que traz para todos os mineiros e todas as mineiras e nos colocamos alinhados na discussão e no debate sobre as questões da região metropolitana. Entendemos que elas são fundamentais para considerarmos um desenvolvimento responsável tanto quanto o passo importantíssimo que demos hoje nesta Casa no que se refere à retomada da educação no Estado de Minas Gerais. Parabéns, deputado Fred Costa. Realmente V. Exa. traz questões importantíssimas para o debate desta tarde de quarta-feira.

O deputado Fred Costa* – Agradeço ao deputado Paulo Lamac e concedo aparte ao deputado Celinho do Sinttrocel.

O deputado Celinho do Sinttrocel (em aparte)* – Quero, Sr. Presidente e deputado Fred Costa, parabenizá-los pela iniciativa de trabalhar nesta Casa para garantir a incorporação de outros municípios no Colar Metropolitano de Belo Horizonte. Sabemos que, desses municípios que vocês desejam que façam parte do colar metropolitano, há dois que são muito próximos a nossa Região Metropolitana do Vale do Aço: Itabira e João Monlevade. Estamos fazendo essa discussão no Vale do Aço, onde já temos um colar definido com 27 municípios. A intenção de V. Exa., quando apresenta essa incorporação, é melhorar cada vez mais esses municípios que compõem o nosso Estado.

Quero também aproveitar o momento para dizer que, ontem, na parte da tarde, tivemos um momento de muita frustração, quando estávamos com as galerias e a Casa lotadas de professores, educadores e muitos trabalhadores da segurança pública, de agentes penitenciários e de agentes socioeducativos. Houve manifestações, Sr. Presidente deputado Hely Tarquínio, de preocupação sobre o motivo de não votarmos os projetos de lei que davam a garantia do piso salarial e das conquistas dos trabalhadores da educação e também a prorrogação do contrato dos agentes penitenciários. Houve uma frustração muito grande, uma preocupação e uma lamentação de todos os lados. Contudo, pudemos dizer a todos os presentes que estaríamos nesta Casa, nesta manhã e durante o dia inteiro, para garantirmos essa votação e fazermos prevalecer o consenso e o equilíbrio. Por isso, quero parabenizar o deputado Hely Tarquínio, presidente neste momento, e principalmente o deputado Adalclever Lopes, presidente da Casa, pela condução brilhante do processo. Desejo também parabenizar os dois secretários de Estado, tanto a Macaé, da Secretaria de Educação, quanto o Bernardo Santana, da Secretaria de Defesa Social do nosso estado. Eles contribuíram para que todos os dois projetos pudessem ter essa votação importante.

Quero elogiar e também parabenizar o nosso governador, Fernando Pimentel, que teve a iniciativa de encaminhar esse projeto dos agentes penitenciários a esta Casa, depois de entendimentos e discussões, para pôr fim a essa insegurança que todos vivíamos.

Parabéns, professores e professoras e todos os servidores da educação, pela luta de anos e anos, pela combatividade, por esperar e continuar lutando. Agora, alcançaram o objetivo, que é o reconhecimento e a valorização profissional. O governo do Estado hoje se preocupa com a educação e com a segurança pública.

Então, presidente, quero só manifestar o meu voto e, ao mesmo tempo, deixar registrado, em nome da Bancada do PCdoB, em meu nome e em nome dos deputados Ricardo Faria e Geraldo Pimenta, a nossa alegria por terem sido votados ambos os projetos, para que possamos ter dias melhores no nosso estado. Esse é o compromisso do nosso governador Fernando Pimentel.

Agradeço ao deputado Fred Costa o aparte. Com certeza, pode contar conosco para conduzirmos positivamente as questões relativas a seu projeto de lei, que amplia o colar da Região Metropolitana de Minas Gerais.

O deputado Professor Neivaldo (em aparte) – Obrigado, deputado Fred Costa. Primeiro, quero falar da importância do seu projeto, até para que tomemos conhecimento do seu conteúdo. Há propostas de regiões metropolitanas, por exemplo, na minha região, no Triângulo Mineiro, próximo a Uberlândia, Uberaba e cidades menores, com o intuito de trabalhar para o desenvolvimento de toda a região. Não queremos que apenas uma cidade se desenvolva, não queremos que apenas uma cidade cresça, queremos o desenvolvimento da região de forma igualitária. Consideramos que trabalhar um colar de região metropolitana será um processo benéfico. Depois quero me aprofundar no conhecimento desse projeto que o senhor apresenta, até mesmo para que possamos pensar a nossa região.



Na oportunidade, como disse o deputado Celinho do Sinttrocel, quero deixar um recado em relação ao Projeto de Lei nº 1.504, que foi aprovado por nós, nesta manhã. Já falei em outras oportunidades e volto a falar da importância desse projeto para a educação como um todo, porque a valorização dos trabalhadores e trabalhadoras em educação reflete-se diretamente na sala de aula, na qualidade do ensino dos nossos alunos e alunas.

Na verdade, a festa poderia ter sido maior. O fechamento, a coroação desse projeto poderia ter sido ainda maior se o tivéssemos aprovado ontem, quando a galeria estava cheia, com trabalhadores e trabalhadoras de todas as regiões do nosso estado com a expectativa da aprovação desse projeto. Infelizmente, a oposição entendeu que não era o momento e fez o pedido de vista do projeto, mas hoje o aprovamos, em 2º turno. Esse projeto acaba com o subsídio, cria o piso salarial profissional nacional que já deveria ter sido implementado desde 2007, mas foi protelado. No entanto, agora vemos o governo Pimentel já trabalhando nessa perspectiva para que, até 2018, tenhamos concluído o piso nacional.

O projeto valoriza todas as categorias, estende o mesmo percentual do piso a todas as técnicas, auxiliares e analistas, tantos os que trabalham na escola quanto os que trabalham na superintendência e na Secretaria de Educação. E os aposentados também estão sendo valorizados como os que estão na ativa.

Houve anistia. Depois de tantos anos de greve e paralisações, agora temos um governo que, além de dialogar, traz também anistia às punições anteriormente feitas pelos governos anteriores. Foram 12 anos de punições, de falta de diálogo com a categoria, de arrocho salarial e de choque de gestão. Agora, o governo Pimentel, em cinco meses, muda essa história, com diálogo com o Sind-UTE e com a categoria e com respeito. O Sind-UTE percebeu a boa vontade do governo e conseguiu, por meio de acordo assinado pelas partes, aprovar, no dia de hoje, o Projeto de Lei nº 1.504.

A partir de agora, temos de caminhar. A eleição para diretores também será uma realidade ainda em dezembro deste ano. Há outros desafios, e também nos preocupamos com os nossos designados e com a parte da categoria que foi enganada durante sete anos pelos governos anteriores, que não tiveram a coragem de fazer o que era necessário e criaram a Lei nº 100, que, na verdade, enganou a categoria. Mas o governo Pimentel terá de resolver as demandas dessa parte da categoria. Com certeza, estaremos juntos, ouvindo. Neste governo, a sua base dialoga e procura uma solução com os sindicatos e a categoria, seja da segurança, seja da saúde, seja da educação. Estamos prontos para, juntos, dialogarmos e buscarmos uma solução.

Agradeço o aparte ao nobre deputado Fred Costa. Mais uma vez parabeno os trabalhadores e as trabalhadoras da educação e o Sind-UTE, representado pela Profª. Beatriz Cerqueira. Espero que possamos continuar dialogando e buscando soluções para os outros entraves, bem como para a situação física em que se encontram as nossas escolas neste Estado de Minas Gerais.

O deputado Fred Costa – Agradeço ao deputado Professor Neivaldo.

Questão de Ordem

O deputado Fred Costa – Solicito à presidência o encerramento, de plano, da reunião.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, desconvoando a extraordinária de hoje, às 18 horas, e convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

* – Sem revisão do orador.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS ÁGUAS, EM 8/5/2015

Às 10h15min, comparecem no Anfiteatro Unesco Hidroex Frutal os deputados Iran Barbosa, Arnaldo Silva e João Vítor Xavier, membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados João Alberto e Elismar Prado. Havendo número regimental, o presidente, deputado Iran Barbosa, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, inciso III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a execução dos programas e ações de preservação promovidas pelo projeto Cidade das Águas Unesco-Hidroex que visam contribuir para a melhoria da gestão dos recursos hídricos no Estado de Minas Gerais, bem como a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Mauri José Alves, prefeito municipal de Frutal; Marcelo Luis de Oliveira, presidente da Câmara Municipal de Frutal; Miguel Corrêa da Silva Júnior, secretário da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais e presidente interino da Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas – Hidroex; Adelmo Carneiro Leão e Caio Narcio Rodrigues, deputados federais; Antônio Félix Domingues, gerente-geral de Articulação e Comunicação da Agência Nacional de Águas, representando o diretor-presidente da Agência Nacional de Águas; Narcio Rodrigues da Silveira, ex-deputado federal e ex-secretário de Estado de Ciência e Tecnologia de Minas Gerais; e Octávio Elísio Alves de Brito, ex-presidente da Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas – Hidroex, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra aos deputados Arnaldo Silva e João Alberto, autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais e, em seguida, aos demais deputados presentes. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.596/2015, do deputado João Alberto, em que solicita sejam enviadas as notas taquigráficas da 2ª Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária das Águas, realizada no Município de Frutal, à Fundação Jacques Cousteau, Unesco, à Agência Nacional das Águas, à Câmara Federal, ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior, à Fundação Centro Internacional de Capacitação e Pesquisa Aplicada em Água, à Universidade do Estado de Minas Gerais Regional Frutal e ao governador do Estado;



nº 1.597/2015, do deputado Arnaldo Silva, em que solicita seja criado grupo de trabalho no âmbito da Comissão Extraordinária das Águas, para estudar formas de efetivar a implementação de toda a Cidade das Águas e estabelecer cronograma objetivo de término das obras, de funcionamento dos laboratórios, de contratação de pessoal e de financiamento e custeio permanente da Fundação Centro Internacional de Capacitação e Pesquisa Aplicada em Água – Hidroex, com a participação do Hidroex, da Fundação Jacques Cousteau, da Unesco, da Agência Nacional das Águas, da Câmara Federal, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior, da Universidade do Estado de Minas Gerais Regional Frutal e do governador do Estado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de junho de 2015.

Iran Barbosa, presidente – Arnaldo Silva – Glaycon Franco.

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 27/5/2015

Às 15h9min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Arlen Santiago, Doutor Jean Freire, Glaycon Franco e Ricardo Faria, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Antônio Jorge. Havendo número regimental, o presidente, deputado Arlen Santiago, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a ouvir os conselhos regionais da área de saúde com o objetivo de colher sugestões para o desenvolvimento da saúde pública no Estado, a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: em 18/5/2015, ofício da Sra. Sabrina Coutinho Bernardes Pereira, oficial do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, informando que o Inquérito Civil nº 0024.09.000187-6, que teve por fundamento a notícia veiculada em audiência pública desta comissão, realizada em 9/8/2007, para discutir a efetividade de medicamentos oncológicos à base de Docetaxel, foi encaminhado ao Conselho Superior do Ministério Público com proposta de arquivamento, e a comissão, caso não concorde com o arquivamento, tem até dez dias para apresentar suas razões escritas ao referido conselho; em 19/5/2015, ofício do Sr. Itagiba de Castro Filho, presidente do CRM-MG, encaminhando correspondência da Fundação Hospitalar São Vicente de Paulo de Capelinha, onde a instituição informa que os médicos plantonistas estão sem receber seus honorários desde meados de dezembro de 2014 em virtude do atraso de repasses financeiros do governo estadual e comunica que, a partir do dia 15 de maio, o atendimento será apenas interno ou para casos de emergência com risco de morte; e em 25/5/2015, e-mail de um cidadão de Ibitiré informando que precisou da intervenção do Ministério Público para conseguir vaga de CTI para o pai e solicitando a visita da comissão ao hospital onde ocorreu o fato. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Anísia Sudário Damião, conselheira do Conselho Regional de Educação Física em Minas Gerais – 6ª Região, representando o presidente; e os Srs. Bruno Gatti Bavuzo Coelho Pereira, delegado em Belo Horizonte do Conselho Regional de Biomedicina da 3ª Região, representando o presidente; Antônio José de Meira, assessor da diretoria do Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais, representando o presidente; Anderson Luís Coelho, presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional de Minas Gerais, além de Jonas Costa Silva, chefe de gabinete; Luiz Chemicatti, procurador jurídico; e Hugo Pereira Goretti, conselheiro efetivo, todos do referido conselho; e Marcos Luiz Carvalho, tesoureiro do Conselho Regional de Farmácia de Minas Gerais, representando o presidente, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, deputado Arlen Santiago, autor do requerimento que deu origem ao debate, passa a tecer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O parecer sobre o Projeto de Lei nº 31/2015, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo respectivo relator, deputado Doutor Jean Freire, em virtude de redistribuição. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 760/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos nº 1.803, 1.809 a 1.812, 1.814 a 1.825, e 1.836 a 1.841/2015.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 1.926/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado à presidente da República e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – pedido de providências para que avaliem a possibilidade de atender prioritariamente os pedidos de empréstimos solicitados pelas santas casas de misericórdia com os recursos advindos da operação realizada com o Fundo de Investimento do FGTS e que os referidos empréstimos sejam concedidos nas mesmas condições impostas ao BNDES (juros de 7% ao ano mais Taxa Referencial – TR);

nº 1.927/2015, do deputado Fabiano Tolentino, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências com vistas a efetuar o pagamento dos recursos retidos relativos ao Pro-Hosp e à Rede de Urgência e Emergência e ao aumento de teto para o Hospital São João de Deus de Divinópolis;

nº 1.930/2015, do deputado Fabiano Tolentino, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para aumentar o teto da média complexidade para o Hospital São João de Deus de Divinópolis;

nº 1.931/2015, do deputado Fabiano Tolentino, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para que seja agilizado o credenciamento junto ao Ministério da Saúde das áreas de cirurgia vascular e ortopedia de alta complexidade e dos leitos de UTI do Hospital São João de Deus de Divinópolis;



nº 1.937/2015, do deputado Fabiano Tolentino, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado e ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais pedido de providências para a reabertura dos postos de atendimento do instituto nos Municípios de Itapeçerica, Formiga, Itaúna, Pará de Minas, Bom Despacho, Lagoa da Prata, Oliveira e Divinópolis;

nº 1.938/2015, do deputado Fabiano Tolentino, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o total de recursos financeiros destinados à construção do Hospital Público Regional da macrorregião de Divinópolis;

nº 1.939/2015, do deputado Fabiano Tolentino, em que solicita seja realizada visita da Comissão de Saúde à Secretaria de Estado de Saúde, com representantes e gestores do Município de Divinópolis, para debater as dificuldades no sistema de saúde da região;

nº 1.943/2015, do deputado Fabiano Tolentino, em que solicita seja realizada visita técnica da Comissão de Saúde ao Hospital Público Regional de Divinópolis ainda em fase de construção;

nº 1.946/2015, do deputado Fabiano Tolentino, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o repasse de recursos financeiros ao Hospital São João de Deus de Divinópolis nos últimos oito anos;

nº 1.948/2015, do deputado Fabiano Tolentino, em que solicita seja realizada visita da Comissão de Saúde ao Hospital São João de Deus, no Município de Divinópolis, para verificar as condições de atendimento daquela instituição;

nº 1.951/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Saúde para debater a contratação de servidores pelo Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais;

nº 1.954/2015, do deputado Antônio Jorge, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde e ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações que justifiquem a não nomeação dos aprovados no concurso público nº 2/2014, da Secretaria de Estado de Saúde, realizado em 2014 e homologado em 14/2/2015;

nº 1.958/2015, do deputado Antônio Jorge, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o Programa Mães de Minas quanto ao andamento das ações do programa; as diretrizes atuais e o número de gestantes e crianças cadastradas e acompanhadas pela Central de Atendimento Telefônico do programa – conforme regulamenta a Deliberação CIB-SUS/MG nº 1.767, de 19 de março de 2014, e a Resolução SES/MG nº 4.253, de 19 de março de 2014 – referente ao período de novembro de 2013 a outubro de 2014 e de novembro de 2014 a abril de 2015;

nº 1.959/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Saúde no Município de Unai para debater e ouvir propostas para melhoria da saúde na região;

nº 1.961/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Saúde no Município de Barbacena para debater e ouvir propostas para melhoria da saúde na região;

nº 1.963/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Saúde para debater os problemas enfrentados pelos trabalhadores e usuários do Sistema Único de Saúde de Betim, conforme relatado em correspondência enviada pelo Sindicato Único dos Trabalhadores da Saúde de Minas Gerais – Sind-Saúde – Núcleo Regional Betim;

nº 1.964/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que envie a esta Casa projeto de lei que disponha sobre a organização e as atribuições do Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de maio de 2015.

Arlen Santiago, presidente – Doutor Jean Freire – Ricardo Faria.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 28/5/2015

Às 10h7min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados Emidinho Madeira e Fábio Cherem, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Fábio Cherem, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater as diretrizes de participação popular propostas pelo governo do Estado e a discutir e votar proposições da comissão. A presidente, interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Francisco Eduardo Moreira, secretário-adjunto de Estado de Governo, representando o secretário; Wieland Silberschneider, secretário-adjunto de Estado de Planejamento e Gestão, representando o secretário; Nilmário Miranda, secretário de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania; Fernando Tadeu David, coordenador estadual dos Fóruns Regionais de Governo da Secretaria de Estado de Governo; e as Sras. Ana Amélia Penido Oliveira, subsecretária de Participação Social da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania; Diana Camargos, defensora pública do Estado. A presidente, autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão.

Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.987/2015, da deputada Marília Campos e dos deputados Fábio Avelar e Emidinho Madeira, em que solicitam seja encaminhado à Secretária Adjunta de Trabalho e Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a participação do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente no processo de implantação dos conselhos regionais de proteção à criança e ao adolescente, conforme exposto na reunião da Comissão de Direitos Humanos realizada em 19/8/2015, que debateu o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes com a finalidade de fortalecer e ampliar o espaço para discussão do referido tema;



nº 1.988/2015, da deputada Marília Campos e dos deputados Fábio Avelar e Emidinho Madeira, em que solicitam seja encaminhado ao Secretário de Estado de Governo e ao Secretário de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre a definição da territorialização que organizará a implementação dos fóruns regionais nos quais serão debatidas as políticas públicas do Estado;

nº 1.989/2015, da deputada Marília Campos e dos deputados Fábio Avelar e Emidinho Madeira, em que solicitam ao Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais o envio de ofício ao Secretário de Estado de Governo, ao Secretário de Estado de Planejamento e Gestão e ao Secretário de Estado de Direitos Humanos e Participação Social e Cidadania para que seja criado um grupo de trabalho composto por representantes da Comissão de Participação Popular e das Secretarias de Estado acima citadas, com a finalidade de discutir e estruturar a integração do processo participativo de elaboração e tramitação do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI –, do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – e da Lei Orçamentária Anual – LOA.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de junho de 2015.

Doutor Jean Freire, presidente – Emidinho Madeira – Fábio Cherem.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS MULHERES, EM 3/6/2015

Às 14h31min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Rosângela Reis, Celise Laviola e Ione Pinheiro, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da deputada Celise Laviola, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mails* da equipe da Subsecretaria de Políticas para as Mulheres solicitando representante da Comissão Extraordinária das Mulheres para o lançamento da 4ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres de Minas Gerais, em 3/6/2015, às 17 horas, cujo tema será “Mais direitos, participação e poder para as mulheres”, e encaminhando o regimento da referida conferência.

Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 2.072/2015, da deputada Rosângela Reis, em que requer seja realizada audiência pública desta comissão com a finalidade de debater a criação, a ampliação e o fortalecimento dos programas e serviços voltados para saúde da mulher;

nº 2.074/2015, da deputada Rosângela Reis, em que solicita seja realizada audiência pública desta comissão, no Município de Araucaí, com a finalidade de debater a igualdade de gênero, a participação das mulheres nos espaços de poder e a ampliação da representação feminina na política institucional;

nº 2.075/2015, da deputada Rosângela Reis, em que requer seja realizada audiência pública desta Comissão com a finalidade de debater as mudanças ocorridas após a sanção da Lei Complementar Federal nº 224, de 2013, que regulamenta os direitos dos trabalhadores domésticos - Emenda à Constituição nº 72.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de junho de 2015.

Geisa Teixeira, presidente - Ione Pinheiro - Geraldo Pimenta.

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 3/6/2015

Às 15h6min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Arlen Santiago, Carlos Pimenta, Doutor Jean Freire e Glaycon Franco, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Noraldino Júnior. Havendo número regimental, o presidente, deputado Arlen Santiago, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, nos termos do art. 120, III do Regimento Interno, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a distribuição de medicamentos no Estado, tendo em vista a dificuldade de acesso aos remédios de alto custo distribuídos através de programa de assistência farmacêutica, a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Patrícia de Oliveira, diretora de Medicamentos de Alto Custo da Secretaria de Estado de Saúde; Priscila Torres da Silva, presidente da ONG EncontrAR; Ana Lúcia Silva Marçal, presidente da ONG Grupar-RP; Nilma Rodrigues de Oliveira, presidente da ONG Arur; Maria Carolina Doretto, presidente da Federação Brasileira de Epilepsia; e os Srs. Homero Cláudio Rocha Souza Filho, superintendente de Assistência Farmacêutica da secretaria de Estado de Saúde, representando o secretário dessa pasta; Helder Magno da Silva, procurador do Ministério Público Federal; Bruno Barcala Reis, defensor público coordenador da Defensoria Especializada de Saúde; Gustavo Lamego de Barros Costa, presidente da Sociedade Mineira de Reumatologia; Eni Carajá Filho, conselheiro do Conselho Nacional de Saúde; Ederson Alves da Silva, vice-presidente do Conselho Estadual de Saúde; e Júlio César Pereira Souza, primeiro-secretário do Conselho Estadual de Saúde, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, deputado Arlen Santiago, autor do requerimento que deu origem ao debate, passa a tecer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido à votação, é aprovado o Requerimento nº 876/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência para posterior apreciação os seguintes requerimentos:



nº 2.099/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o fornecimento de medicamentos de responsabilidade do Estado para o Município de Juiz de Fora e as eventuais falhas no fornecimento no período de maio de 2014 a maio de 2015;

nº 2.100/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre como é realizado o fluxo de abastecimento de medicamentos distribuídos pelo SUS para os municípios e qual a responsabilidade de cada um dos entes federados.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de junho de 2015.

Arlen Santiago, presidente – Carlos Pimenta – Ricardo Faria.

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 9/6/2015

Às 14h8min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Celinho do Sinttrocel e Geraldo Pimenta, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Professor Neivaldo. Havendo número regimental, o presidente, deputado Celinho do Sinttrocel, dá a ata por aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater a regulamentação da profissão de esteticista. A seguir, comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* em 28/5/15: ofício do deputado federal Bonifácio de Andrada, prestando informações relativas ao Requerimento nº 218/2015, da Comissão do Trabalho. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Eliane Lousada Mateus Grossi, presidente da Associação Mineira da Estética e Cosmética; Fátima Nogueira, fundadora e diretora da Nativa Biocosméticos; Erika Rachid, coordenadora do Curso de Estética e Cosmética da Universidade Newton Paiva; Andréa de Souza Soares, coordenadora do Movimento Regulamentação da Estética e Cosmética de Minas Gerais; Gabriela Abritta, coordenadora de Estética e Cosmética da Una; Miriam Barros Junqueira, professora de Estética e Cosmetologia da Uni e da Una; Waldtraud Ritter Winter, diretora e professora da Escola Estética Integral; e Maria José Ranuzia, mestranda em Administração em Saúde, que são convidadas a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra aos deputados Geraldo Pimenta e Professor Neivaldo, autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra às convidadas para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de junho de 2015.

Celinho do Sinttrocel, presidente – Carlos Pimenta – Wander Borges.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 9/6/2015

Às 19h15min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Cristina Corrêa (substituindo o deputado Deiró Marra, por indicação da liderança do BMM) e Marília Campos (substituindo o deputado Celinho do Sinttrocel, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Professor Neivaldo. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater o transporte público de Santa Luzia e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Aneliza de Souza Braga, superintendente de Transporte Metropolitano, representando o Sr. Murilo de Campos Valadares, secretário de Transportes e Obras Públicas, e Suzane Duarte Almada, vereadora do Município de Santa Luzia; e os Srs. Schneider Carvalho, secretário municipal de Trânsito e Transporte, representando o Sr. Carlos Alberto Parrillo Calixto, prefeito Municipal de Santa Luzia; Maj. Evair dos Santos, subcomandante do 35º Batalhão de Polícia Militar de Minas Gerais, representando o Ten.-Cel. PM Helbert William Carvalhais, comandante do 35º Batalhão de Polícia Militar de Minas Gerais; Ailton Gomes da Silva, vereador do Município de Santa Luzia; Marcos Roberto de Souza, representante das Associações e dos Usuários de Transporte Coletivo de Santa Luzia; Leonardo Ribeiro Gomes, morador de Santa Luzia, e Eduardo Enham Lima, assessor técnico da Rodap Transportes Coletivos, Sintram e Consórcio Ótimo, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra à deputada Cristina Corrêa, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de junho de 2015.

Gustavo Valadares, presidente.

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 10/6/2015

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões os deputados Bosco, Glaycon Franco e Dilzon Melo (substituindo o deputado João Vítor Xavier, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente,

deputado Bosco, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Dilzon Melo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício dos Srs. presidentes das Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Extraordinária das Águas convidando os membros desta comissão a participarem da audiência pública do dia 11 de junho, quinta-feira, às 14h15min, com a finalidade de debater a proteção das áreas de recarga no Sinclinal Moeda, a preservação de suas nascentes e, em especial, a implantação de empreendimentos imobiliários no entorno da Lagoa dos Ingleses. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 2.140/2015, do deputado Gil Pereira, em que solicita seja realizada reunião para debater, com convidados, a possibilidade de implantação de uma agência reguladora de energia no Estado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de junho de 2015.

Gil Pereira, presidente – Bosco – Tony Carlos.

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 10/6/2015

Às 14h37min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Celinho do Sinttrocel, Carlos Pimenta (substituindo o deputado Gil Pereira, por indicação da liderança do BVC) e Wander Borges (substituindo o deputado Isauro Calais, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Celinho do Sinttrocel, dá a ata por aprovada e solicita que os membros da comissão presentes a subscrevam. A presidência informa que a reunião se destina a debater as condições de atendimento, manutenção e custeio dos asilos do Estado de Minas Gerais. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: em turno único, Projeto de Lei nº 1.112/2015 (deputado Celinho do Sinttrocel), Projeto de Lei nº 992/2015 (deputada Geisa Teixeira). A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Mayra de Queiroz Camilo, assessora de Assistência Social da AMM, representando Antônio Júlio de Faria, prefeito de Pará de Minas e presidente da Associação Mineira de Municípios – AMM; Elaine Clemente, presidente do Sindicato das Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas de Minas Gerais – Sinibref-MG; e os Srs. Ronaldo José Sena Camargos, superintendente de Políticas de Assistência Social, da Subsecretaria de Assistência Social, representando André Quintão, secretário de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social; e José Ismar da Costa, coordenador jurídico do Sindicato das Instituições Beneficentes do Estado de Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Wander Borges, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de junho de 2015.

Celinho do Sinttrocel, presidente – Ione Pinheiro – Anselmo José Domingos.

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 10/6/2015

Às 15h14min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Fabiano Tolentino, Emidinho Madeira, Inácio Franco e Nozinho, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fabiano Tolentino, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Emidinho Madeira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir a situação da cadeia produtiva da carne suína no Estado e a discutir e votar proposições da comissão e interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Júnia Patrícia Mafra, coordenadora Estadual de Sanidade Suídea do Instituto Mineiro de Agropecuária, representando o Sr. Márcio da Silva Botelho, diretor-geral; e os Srs. Wallisson Lara, analista da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais, representando o Sr. Roberto Simões presidente; Messias Francisco Lôbo Júnior, chefe do setor de fiscalização do Conselho Regional de Medicina Veterinária de Minas Gerais, representando o Sr. Nivaldo da Silva presidente; Antônio Ferraz de Oliveira, presidente da Associação dos Suinocultores de Minas Gerais; Cássio Braga dos Santos, presidente do Sindicato Intermunicipal das Indústrias de Carnes e Derivados e do Frio de Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, como coautor do requerimento que deu origem ao debate, passa a tecer suas considerações iniciais. Em seguida, concede a palavra aos demais coautores, deputados Emidinho Madeira, Inácio Franco e Nozinho, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 2.092/2015, do deputado Fabiano Tolentino, em que solicita seja realizada visita dessa comissão à Associação de Produtores do Queijo Canastra, no Município de São Roque de Minas, com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento das políticas públicas relacionadas à produção artesanal do queijo no Estado e conhecer os entraves que ainda afligem os produtores daquela região;

nº 2.093/2015, do deputado Fabiano Tolentino, em que solicita seja realizada visita dessa comissão à Associação dos Produtores Artesanais do Queijo Serro, no Município de Serro, para acompanhar o desenvolvimento das políticas públicas relacionadas à produção artesanal do queijo no Estado e conhecer os entraves que ainda afligem os produtores daquela região;

nº 2.094/2015, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que solicita seja realizada visita dessa comissão à Semana Internacional do Café, que será realizada entre os dias 24 e 26 de setembro de 2015, no Expominas, em Belo Horizonte;

nº 2.095/2015, dos deputados Fabiano Tolentino e Nozinho, em que solicitam seja encaminhado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de providências urgentes para o estabelecimento de um marco legal para os queijos artesanais brasileiros, o qual enfatize a autonomia dos estados membros da federação na regulação sanitária e o reconhecimento de seus tipos de queijo artesanal, desde que garantidas as diretrizes básicas já expressas na IN 30 desse ministério, quais sejam rebanho sadio, boas práticas de fabricação, água tratada e rastreabilidade;

nº 2.096/2015, do deputado Roberto Andrade, em que solicita seja realizada audiência pública conjunta dessa comissão com a Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo, para debater a extensão rural, o cooperativismo e a agroindústria, na Universidade Federal de Viçosa, no dia 13 de julho de 2015, durante a 86ª Semana do Fazendeiro;

nº 2.098/2015, do deputado Nozinho, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja realizada a pavimentação do trecho de quatro quilômetros da estrada que liga o Barracão do Produtor à malha viária do Município de Nova União;

nº 2.122/2015, dos deputados Fabiano Tolentino, Inácio Franco, Antônio Carlos Arantes e Dilzon Melo, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas pedido de providências para que seja viabilizada a construção da rodovia LMG-658, de aproximadamente 100 Km, ligando a BR-251 à BR 040, informando oportunamente a disponibilidade da sociedade civil de Unai para participar da parceria público-privada para a execução dos investimentos demandados;

nº 2.123/2015, dos deputados Fabiano Tolentino, Inácio Franco, Antônio Carlos Arantes e Dilzon Melo, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas pedido de providências para que seja efetivada a estadualização da rodovia municipal Unai-190, com cerca de 28 Km, de forma a viabilizar a ligação adequada do Município de Unai ao Estado de Goiás;

nº 2.130/2015, dos deputados Fabiano Tolentino, Inácio Franco, Antônio Carlos Arantes e Dilzon Melo, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de providências para que seja implementado o Plano Diretor de Agricultura Irrigada, elaborado pelo Poder Executivo em parceria com a sociedade civil do Estado;

nº 2.131/2015, dos deputados Fabiano Tolentino, Inácio Franco, Antônio Carlos Arantes e Dilzon Melo, em que solicitam seja reiterado o pedido de providências encaminhado ao governador do Estado para que seja revogado o art. 3º do Decreto nº 46.336/2013, que extrapola os limites da Lei nº 20.922, de 2013;

nº 2.132/2015, dos deputados Fabiano Tolentino, Inácio Franco, Antônio Carlos Arantes e Dilzon Melo em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário pedido de providências para que sejam implementados sistemas de fornecimento de água para o atendimento dos assentados de reforma agrária da região noroeste de Minas Gerais;

nº 2.133/2015, dos deputados Fabiano Tolentino, Inácio Franco, Antônio Carlos Arantes e Dilzon Melo, em que solicitam seja encaminhado à Agência Nacional de Vigilância Sanitária pedido de providências com vista a que sejam realizados estudos para a prorrogação da declaração de emergência que autoriza o uso do benzoato de emamectina para o controle da lagarta *Helicoverpa armigera*, até que uma solução alternativa eficaz seja oferecida pelo mercado;

nº 2.134/2015, dos deputados Fabiano Tolentino, Inácio Franco, Antônio Carlos Arantes e Dilzon Melo, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para que sejam realizados estudos e discussões no sentido de reclassificar as atividades agrossilvipastoris, para fins de licenciamento ambiental, como de baixo impacto e baixo potencial poluidor/degradador, a exemplo dos Estados de São Paulo e da Bahia;

nº 2.135/2015, do deputado Fabiano Tolentino, Inácio Franco, Antônio Carlos Arantes e Dilzon Melo, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para que sejam agilizados os processos de autorização ambiental sob responsabilidade da Semad/Supam-Nor no noroeste mineiro;

nº 2.136/2015, dos deputados Fabiano Tolentino, Inácio Franco, Antônio Carlos Arantes e Dilzon Melo, em que solicitam seja encaminhado à Agência Nacional de Águas e à Agência Nacional de Energia Elétrica pedido de providências para que seja determinada a redução da geração de energia elétrica na Usina da Batalha, no Rio São Marcos, conforme autorizado por regulação infralegal, com o fim de permitir a ampliação das áreas irrigadas na bacia hidrográfica desse rio;

nº 2.137/2015, dos deputados Fabiano Tolentino, Inácio Franco, Antônio Carlos Arantes e Dilzon Melo, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para que sejam discutidas e definidas as atenuantes em processos administrativos, em especial, das sanções definidas no Decreto nº 44.844, de 2008;

nº 2.138/2015, dos deputados Fabiano Tolentino, Inácio Franco, Antônio Carlos Arantes e Dilzon Melo, em que solicitam seja encaminhado ao Ministério dos Transportes pedido de informação sobre os projetos e a construção da estrada de ferro Anápolis-Corinto, código EF-354, em especial sobre o trecho que passará pelo Município de Unai;

nº 2.139/2015, dos deputados Fabiano Tolentino, Inácio Franco, Antônio Carlos Arantes e Dilzon Melo, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda pedido de providências para prorrogação do prazo para a transferência dos créditos de ICMS oriundos da isenção das operações internas promovidas por produtor rural mineiro por meio das cooperativas, o qual tem data limite estabelecida no RICMS/MG em 30 de junho de 2015.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de junho de 2015.

Fabiano Tolentino, presidente – Emidinho Madeira – Nozinho – Rogério Correia.

**ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE PROTEÇÃO DOS ANIMAIS, EM 11/6/2015**

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões a deputada Ione Pinheiro e os deputados Noraldino Júnior e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Glaycon Franco. Havendo número regimental, o presidente, deputado Noraldino Júnior, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da deputada Ione Pinheiro, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.982/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais para debater os atropelamentos de animais silvestres nas rodovias que cortam o Estado de Minas Gerais;

nº 1.983/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais para debater o abandono de animais vivos ao longo das margens do Rio Arrudas, no perímetro urbano de Belo Horizonte;

nº 1.984/2015, dos deputados Noraldino Júnior, Dilzon Melo, Geraldo Pimenta e Léo Portela, em que solicitam seja realizada visita da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais à Delegacia de Proteção à Fauna de Minas Gerais com a finalidade de conhecer sua atuação e seus projetos;

nº 1.985/2015, dos deputados Noraldino Júnior, Dilzon Melo, Geraldo Pimenta e Léo Portela, em que solicitam seja formulado voto de congratulações com o Sr. Alexandre Victor de Carvalho, desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, por seu posicionamento e manifestação em relação ao crime ambiental de se submeter animal a labor, especificamente cavalos em veículos de tração animal;

nº 2.160/2015, da deputada Ione Pinheiro e dos deputados Noraldino Júnior, Roberto Andrade e Glaycon Franco, em que solicitam seja realizada reunião da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais, com convidados, para debater a gestão de políticas públicas voltadas para animais domésticos e silvestres no Estado e as propostas e ações dos órgãos relacionados à proteção animal;

nº 2.161/2015, da deputada Ione Pinheiro e dos deputados Noraldino Júnior e Roberto Andrade, em que solicitam seja encaminhado à Universidade Federal de Lavras pedido de informação quanto às denúncias de maus-tratos de animais mal-acolhidos;

nº 2.162/2015, da deputada Ione Pinheiro e dos deputados Noraldino Júnior, Roberto Andrade e Glaycon Franco, em que solicita seja realizada visita da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais ao Parque Ecológico da Pampulha com a finalidade de avaliar as condições em que se encontram as capivaras ali albergadas em bretes;

nº 2.163/2015, da deputada Ione Pinheiro e dos deputados Noraldino Júnior e Roberto Andrade, em que solicitam seja enviado ofício ao Grupo Especial de Defesa da Fauna – Gedef –, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, convidando o órgão a tomar assento permanente nas audiências públicas e a participar de todas as visitas técnicas que serão realizadas pela Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais desta Casa, com cópia do requerimento aprovado pela comissão nesse sentido.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de junho de 2015.

Noraldino Júnior, presidente – Ricardo Faria.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE PROTEÇÃO DOS ANIMAIS, EM 11/6/2015

Às 18h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Noraldino Júnior e Ricardo Faria, membros da supracitada comissão. O presidente, deputado Noraldino Júnior, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a regulamentação da criação e do comércio de animais de estimação. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Edna Cardozo Dias, presidente da Comissão de Direitos dos Animais da OAB-MG; Lilian Maria Ferreira Marotta Moreira, promotora de justiça do Meio Ambiente do Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Luciana Pereira Carneiro, gerente de Proteção da Flora e da Fauna do Instituto Estadual de Florestas – IEF; e os Srs. Cap. PM Juliano José Trant de Miranda, comandante da Companhia de Polícia Militar do Meio Ambiente; Dino Miraglia Filho, presidente do Kennel Clube da Grande BH; Gilson Dias Rodrigues, médico-veterinário; e Daniel Ambrósio da Rocha Vilela, analista ambiental do Ibama, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente e o deputado Ricardo Faria, autores do requerimento que deu origem aos debates, tecem suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de junho de 2015.

Noraldino Júnior, presidente – Ione Pinheiro – Leandro Genaro.

ATA DA 31ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 12/6/2015

Às 10h30min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, João Leite, Cabo Júlio, Durval Ângelo (substituindo o deputado Professor Neivaldo, por indicação da liderança do BMM) e João Magalhães (substituindo a deputada Celise

Laviola, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Rogério Correia. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na fase de discussão do parecer, que conclui pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.660/2015, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Sargento Rodrigues), é apresentada a Proposta de Emenda nº 1, do deputado Durval Ângelo. Após discussão e votação, é aprovado o parecer, salvo a proposta de emenda. Submetida a votação, é aprovada proposta de emenda. É dada nova redação ao parecer. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 2.164/2015, dos deputados João Leite e Sargento Rodrigues, em que solicitam seja realizada audiência pública para discutir a adoção de medidas de segurança com vistas à coibição dos crimes de assalto à mão armada na região da Lagoinha, em Belo Horizonte, mais especificamente no entorno do Centro Universitário de Belo Horizonte, UNI-BH. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de junho de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente – João Alberto – Doutor Jean Freire.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 35/2015, EM 15/6/2015

Às 9h5min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Vanderlei Miranda, Durval Ângelo, Agostinho Patrus Filho e João Leite, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Cabo Júlio, Tiago Ulisses e Arnaldo Silva. Havendo número regimental, o presidente, deputado Vanderlei Miranda, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Durval Ângelo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O presidente submete à discussão o parecer do deputado Durval Ângelo sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 35/2015, no 1º turno, que conclui pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo nº 1. A seguir, anuncia o recebimento da Proposta de Emenda nº 1, de autoria do deputado João Leite, ao referido parecer. Encerrada a discussão, o presidente submete à votação o parecer, salvo proposta de emenda apresentada. É aprovado o parecer do relator, deputado Durval Ângelo. Em seguida submete à votação a Proposta de Emenda nº 1, que é rejeitada. Registra-se voto contrário do deputado João Leite. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de junho de 2015.

Vanderlei Miranda, presidente - Durval Ângelo - Sargento Rodrigues - João Leite - Glaycon Franco.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 16/6/2015

Às 10h1min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Magalhães, Agostinho Patrus Filho, Cabo Júlio, Gustavo Corrêa, Rogério Correia (substituindo a deputada Cristina Corrêa, por indicação da liderança do BMM) e Sargento Rodrigues (substituindo o deputado Gustavo Valadares, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Durval Ângelo. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Cabo Júlio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A reunião é suspensa. Reabertos os trabalhos, passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 1.504/2015 é retirado da pauta por determinação do presidente da comissão, por não cumprir pressupostos regimentais. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de junho de 2015.

João Magalhães, presidente – Gustavo Corrêa – Cabo Júlio – Agostinho Patrus Filho.

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 16/6/2015

Às 10h4min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Geisa Teixeira e Rosângela Reis e os deputados Wander Borges e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Wander Borges, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Dalmo Ribeiro Silva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Juarez Eufrázio de Carvalho, vereador da Câmara Municipal de Formiga, que parabeniza a comissão pela realização da audiência pública em Passos para debater a situação da Rodovia MG-050, que se encontra em obras através da PPP Nascentes das



Gerais. O presidente comunica que serão reiterados os requerimentos de comissão n^{os} 282, 389 e 390/2015. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos n^{os} 860, 871, 885 e 924/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

n^o 2.223/2015, das deputadas Geisa Teixeira e Rosângela Reis e dos deputados Dalmo Ribeiro Silva e Wander Borges, em que solicitam seja realizada audiência pública da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização para ouvir explanação do presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – sobre a expansão de rede de distribuição para atendimento às torres e estações rádio-base de telefonia celular do projeto Minas Comunica II;

n^o 2.224/2015, do deputado Bosco, em que solicita seja realizada visita da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização à Companhia de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais – Codemig – para debater a exploração das águas minerais nos municípios do Estado;

n^o 2.225/2015, dos deputados Dalmo Ribeiro Silva e Dirceu Ribeiro, em que solicitam seja realizada audiência pública da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização no Município de Ubá para debater a crise do polo moveleiro e suas repercussões no comércio da região;

n^o 2.226/2015, dos deputados Dalmo Ribeiro Silva e Duarte Bechir, em que solicitam seja realizada audiência pública da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização para debater as condições para o funcionamento da feira de veículos antigos nas proximidades do Estádio Magalhães Pinto (Mineirão);

n^o 2.227/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização na região Sul de Minas para debater o rompimento do contrato de exploração das fontes de águas minerais em vários municípios do Estado, conforme anúncio oficial divulgado no dia 14 de maio;

n^o 2.228/2015, do deputado João Vítor Xavier, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização para debater a utilização do aplicativo Uber, que foi criado para conectar passageiros e motoristas particulares, e questões relacionadas à sua legalidade;

n^o 2.229/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – Codemig – pedido de informações para que envie à Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização cópia de inteiro teor do contrato celebrado com a Copasa Águas Minerais de Minas para concessão do envasamento de água mineral nos Municípios de Araxá, Caxambu, Cambuquira e Lambari, bem como cópia do distrato que culminou no rompimento do referido contrato e também cópia do novo contrato temporário, celebrado com a mesma empresa e para a mesma finalidade;

n^o 2.230/2015, do deputado Wander Borges, em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e à Secretaria de Estado de Fazenda pedido de providências para que adotem as medidas necessárias ao fornecimento do serviço de telefonia celular nos Distritos de Granjas do Norte, Cachoeira do Norte, Santa Rita do Araçuai e São Sebastião da Boa Vista, situados no Município de Chapada do Norte, pelo programa Minas Comunica II;

n^o 2.231/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização para debater a interrupção de repasse de recursos em benefício de alunos com necessidades educacionais especiais em Minas Gerais, dando continuidade aos debates realizados na 4ª Reunião Extraordinária;

n^o 2.232/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização para debater o cadastramento de bicicletas no Estado;

n^o 2.233/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização para debater, no Município de Santa Bárbara, o asfaltamento de trecho entre este Município e o de São Gonçalo;

n^o 2.234/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública das Comissões de Assuntos Municipais e Regionalização e de Transporte, Comunicações e Obras Públicas para debater, no Município de Santa Bárbara, o asfaltamento de trecho entre este município e o de São Gonçalo.

Registra-se a presença do deputado Fred Costa. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de junho de 2015.

Fred Costa, presidente.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A INDICAÇÃO DE JÚLIA AMÉLIA MITRAUD VIEIRA PARA O CARGO DE PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE ARTE DE OURO PRETO, EM 16/6/2015

Às 16h14min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Doutor Jean Freire, Thiago Cota e Professor Neivaldo (substituindo o deputado Elismar Prado, por indicação da liderança do Bloco Minas Melhor), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Doutor Jean Freire, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Thiago Cota, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a proceder à arguição pública da Sra. Júlia Amélia Mitraud Vieira, indicada para o cargo de presidente da Fundação de Arte de Ouro Preto, a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da comissão para ouvir a indicada e proceder à sua arguição pública, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à



apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, em turno único, da Indicação nº 7/2015 (relator: deputado Doutor Jean Freire). Cumprida a finalidade da reunião e da comissão, a Presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de junho de 2015.

Doutor Jean Freire, presidente.

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 17/6/2015

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões a deputada Celise Laviola e os deputados Tiago Ulisses, Vanderlei Miranda, Arnaldo Silva e Dalmo Ribeiro Silva (substituindo o deputado Tito Torres, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Caio Tibério da Rocha, secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2), e Djair Fiorillo Lopes, diretor do Departamento de Gestão Interna do Ministério da Integração Nacional (2), publicados no *Diário do Legislativo* em 11/6/2015. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, no 1º turno, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nº 1 e 158/2015 (deputado Tiago Ulisses), 156 e 655/2015 (deputado Arnaldo Silva) e 929/2015 (deputado Thiago Cota). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 1.864/2015, no 1º turno, é retirado da pauta por determinação do presidente, por não cumprir pressupostos regimentais. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.248/2015, na forma do vencido em 1º turno (relator: deputado Vanderlei Miranda, em virtude de redistribuição); e 1.350/2015 (relator: deputado Tiago Ulisses). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 1.010/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, para posterior apreciação o seguinte requerimento:

nº 2.244/2015, do deputado Gustavo Valadares, em que requer seja realizada audiência pública para debater a alienação de imóvel à Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, de que trata o Projeto de Lei nº 1.266/2015, do governador do Estado, em tramitação nesta Casa.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de junho de 2015.

Tiago Ulisses, presidente – Felipe Attiê – Arnaldo Silva – Thiago Cota.

ATA DA 34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 17/6/2015

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Celise Laviola e os deputados Sargento Rodrigues e João Leite, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O presidente, para que se aprecie matéria de sua autoria, passa a direção dos trabalhos ao deputado João Leite. Na fase de discussão do parecer do relator, deputado João Leite, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.254/2015, no 1º turno, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, o presidente defere o pedido de vista da deputada Celise Laviola. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 939, 1.012 e 1.059/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 2.254/2015, do deputado Dilzon Melo, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Segurança Pública no Município de Ilícinea para debater os altos índices de criminalidade locais;

nº 2.255/2015, do deputado Gilberto Abramo, em que solicita seja realizada visita da Comissão de Segurança Pública ao secretário de Segurança Pública e ao superintendente executivo de Administração Penitenciária do Estado de Goiás, para conhecer o procedimento de revista íntima adotado naquele Estado;

nº 2.257/2015, do deputado João Leite, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Segurança Pública para discutir a proposta de padronização da frota do transporte escolar e outras correlatas, em Minas Gerais;

nº 2.260/2015, do deputado João Leite, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Segurança Pública para ouvir sindicalistas do Sindicato dos Servidores da Autarquia Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais a respeito de denúncias de assédio moral naquela instituição;

nº 2.267/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Segurança Pública no Município de Guaxupé, em caráter de urgência, com a finalidade de debater e solicitar providências cabíveis com relação ao aumento da criminalidade local, conforme ofício encaminhado pelo presidente da Câmara Municipal, Sr. Durvalino Gôngora de Jesus;



nº 2.275/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil pedido de providências com relação aos fatos expostos pelo jornalista Sérgio Vasconcelos Barbosa, residente em Araçuaí, que denunciam reiterados crimes de ameaça, calúnia, difamação e lesão corporal, após a publicação de notícias no jornal *Gazeta de Araçuaí*;

nº 2.276/2015, da deputada Cristina Corrêa e da deputada Marília Campos, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Defesa Social e ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências para a permanência de policiamento nas imediações dos terminais Move, em especial no Município de Santa Luzia, por se tratar de áreas de alto risco de violência.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, em 18/6/2015, às 14h30min, para apreciar, no 1º turno, o parecer do Projeto de Lei nº 1.254/2015, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de junho de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente – Antônio Carlos Arantes – Gilberto Abramo.

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 18/6/2015

Às 10h30min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, Arnaldo Silva, Felipe Attiê e Thiago Cota, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na fase de discussão do parecer do relator, deputado Tiago Ulisses, que conclui pela rejeição da Emenda nº 3, apresentada ao Projeto de Lei nº 1.266/2015, no 1º turno, o presidente defere o pedido de vista do deputado Felipe Attiê. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. A votação do Requerimento nº 2.244/2015 é adiada a requerimento do deputado Arnaldo Silva. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária dia 19/6/2015, às 11 horas, para apreciação do parecer do Projeto de Lei nº 1.266/2015, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de junho de 2015.

Tiago Ulisses, presidente – Vanderlei Miranda – Thiago Cota – Durval Ângelo – Gustavo Corrêa.

ATA DA 35ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 18/6/2015

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, Antônio Carlos Arantes (substituindo o deputado João Leite, por indicação da liderança do BVC) e Gilberto Abramo (substituindo a deputada Celise Laviola, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Duarte Bechir. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.254/2015, na forma original, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 2.306/2015, do deputado Neilando Pimenta, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Segurança Pública para debater o aumento da criminalidade e da violência no Município de Carlos Chagas e para propor medidas eficazes contra a falta de segurança;

nº 2.307/2015, dos deputados Sargento Rodrigues, Antônio Carlos Arantes e Gilberto Abramo, em que solicitam sejam ouvidos nesta reunião os representantes da comissão do concurso para provimento dos cargos de Agente de Segurança Penitenciário e Socioeducativo de 2013.

A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir Paulo Leite Costa, Carlos Eduardo de Brito e André Luiz Jaques Horta, representantes da comissão do concurso para provimento dos cargos de Agente de Segurança Penitenciário e Socioeducativo de 2013, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de junho de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente – João Leite.



ORDENS DO DIA

**ORDEM DO DIA DA 50ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA,
EM 23/6/2015****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações da presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 451/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado à diretora de Vigilância Ambiental da Secretaria de Saúde pedido de informações sobre os motivos que levaram ao não fornecimento das vacinas antirrábicas no ano de 2014 para todos os municípios do Estado, particularmente para o Município de Juiz de Fora. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 735/2015, do deputado Gustavo Valadares, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre as obras mencionadas em publicidade oficial do governo, as quais estariam paralisadas, especificando, relativamente a cada uma, a fonte de recursos, o número do contrato, o nome do contratado, o objeto da obra, o local de sua realização e a ordem de paralisação com a respectiva data da publicação do ato administrativo próprio. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 736/2015, do deputado Gustavo Valadares, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre o déficit orçamentário mencionado em publicidade oficial veiculada no Dia do Trabalhador e sobre o aumento de despesas discricionárias, como as de publicidade. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 774/2015, do deputado Douglas Melo, em que solicita seja encaminhado à secretária de Educação pedido de informações sobre: número de cargos de analista em educação básica ocupados por profissionais formados em psicologia; se esses profissionais prestam atendimento psicológico aos alunos da rede estadual de ensino e, caso contrário, se poderiam prestar esse atendimento; se há viabilidade de ampliar o número de cargos de analista em educação básica com formação em psicologia para atuar em todas as escolas da rede estadual de ensino. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 776/2015, do deputado Cássio Soares, em que solicita seja encaminhado à secretária de Educação pedido de informações sobre a reforma e a conservação da Escola Estadual João Menezes, no Município de Piumhi. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 878/2015, do deputado Gil Pereira, em que solicita a inserção nos anais da Casa do discurso da Sra. Marilúcia Rodrigues Maia, ex-diretora da Escola Estadual Francisco Sá, no Município de Juramento. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação, em turno único, da Indicação nº 1/2015, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Jorge Raimundo Nahas para o cargo de Presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 2/2015, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Célio Dantas de Brito para o cargo de Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 4/2015, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Renato Fraga Valentim para o cargo de Presidente da Fundação Ezequiel Dias. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 6/2015, feita pelo Governador do Estado, do nome da Sra. Liza Prado para o cargo de Presidente da Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 7/2015, feita pelo Governador do Estado, do nome da Sra. Júlia Amélia Mitraud Vieira para o cargo de Presidente da Fundação de Arte de Ouro Preto. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 8/2015, feita pelo Governador do Estado, do nome da Sra. Michele Abreu Arroyo para o cargo de Presidente da Fundação Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 9/2015, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Augusto Nunes-Filho para o cargo de Presidente da Fundação Clóvis Salgado. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 11/2015, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Flávio Góes Menicucci para o cargo de Diretor-Geral do Departamento de Obras do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 12/2015, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Márcio da Silva Botelho para o cargo de Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Agropecuária. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 13/2015, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Gustavo Gastão Corgosinho Cardoso para o cargo de membro da Diretoria Colegiada da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase**(das 16h15min às 18 horas)**

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.660/2015, do governador do Estado, que altera a Lei nº 18.185, de 4 de junho de 2009, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição da República. (Urgência.) A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. No decorrer da discussão, foi apresentada em Plenário a Emenda nº 1.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.248/2015, do deputado Lafayette de Andrada, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Santana do Deserto o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.350/2015, do deputado Gil Pereira, que altera a Lei nº 21.527, de 16 de dezembro de 2014, que altera a Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.266/2015, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a alienar à Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 2, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela rejeição da Emenda nº 3.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 23/6/2015**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 315/2015, do deputado Arlen Santiago.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 1.011, 1.016, 1.025 a 1.027, 1.064 a 1.066, 1.079, 1.080, 1.082 e 1.098/2015, do deputado Cabo Júlio; 1.068 a 1.076/2015, do deputado Léo Portela; e 1.078, 1.083, 1.099, 1.104 e 1.110/2015, do deputado Sargento Rodrigues.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 23/6/2015**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 1.041 a 1.050/2015, todos do deputado Wander Borges.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 23/6/2015**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 23/6/2015**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 797/2015, do deputado Tadeu Martins Leite.



Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:
Requerimentos nºs 731/2015, do deputado Isauro Calais, e 934/2015, da Comissão de Constituição e Justiça.
Discussão e votação de pareceres de redação final.
Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 23/6/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:
Requerimentos nºs 896/2015, do deputado Anselmo José Domingos; 925/2015, do deputado Doutor Jean Freire; 926 e 927/2015, do deputado Leonídio Bouças; 932/2015, da Comissão de Segurança Pública; 936/2015, do deputado Luiz Humberto Carneiro; 938/2015, do deputado Noraldino Júnior; 946 a 949 e 1.009/2015, do deputado Luiz Humberto Carneiro; 1.023 e 1.037/2015, do deputado Anselmo José Domingos; 1.051 a 1.057/2015, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; 1.105/2015, do deputado Thiago Cota; e 1.106/2015, da deputada Marília Campos.

Discussão e votação de pareceres de redação final.
Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 23/6/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:
Requerimentos nºs 1.086/2015, da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, e 1.102/2015, do deputado Leonídio Bouças.

Discussão e votação de pareceres de redação final.
Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 23/6/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.
Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 23/6/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os deputados Vanderlei Miranda, Arnaldo Silva, Felipe Attiê, Rogério Correia, Thiago Cota e Tito Torres, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 23/6/2015, às 11h40min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os pareceres para o turno único da Mensagem nº 642/2014, do governador do Estado; para o 2º turno do Projeto de Lei nº 1.266/2015, do governador do Estado; para o 1º turno dos Projetos de Lei nºs 557/2015, do deputado Fred Costa, 999 e 1.254/2015, do deputado Sargento Rodrigues, e de discutir e votar proposições da comissão.



Sala das Comissões, 22 de junho de 2015.
Tiago Ulisses, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco a deputada Celise Laviola e os deputados João Leite, Cabo Júlio e Professor Neivaldo, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 24/6/2015, às 19 horas, na escola Number One, no Bairro Buritis, em Belo Horizonte, com a finalidade de debater os índices de criminalidade na região desse bairro e de ouvir moradores e lideranças comunitárias sobre o tema, de discutir e votar pareceres de redação final e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 22 de junho de 2015.
Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude

Nos termos regimentais, convoco os deputados Antônio Lerin, Fábio Avelar Oliveira, Geraldo Pimenta e João Vítor Xavier, membros da supracitada comissão, para a reunião de audiência pública a ser realizada em 29/6/2015, às 10h30min, na Câmara Municipal de Uberaba, situada na Praça Rui Barbosa, 250, Centro, com a finalidade de debater as diversas modalidades de esporte desenvolvidas nesse município e região, assim como colher as reivindicações das entidades esportivas, notadamente as amadoras, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 22 de junho de 2015.
Anselmo José Domingos, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

EMENDA Nº 1 À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 35/2015

Acrescente-se onde convier o seguinte artigo:

“Art. ... - Fica acrescentado ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado o seguinte art. 139:

“Art. 139 - Os servidores públicos que não tenham sido admitidos na forma prevista nos incisos II, V e IX do art. 37 da Constituição da República, estáveis ou não por efeito do art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da mesma Constituição, até 5 de novembro de 2007 serão considerados efetivos, inclusive para fins previdenciários, e passarão a integrar quadro temporário em extinção à medida que vagarem os cargos, funções ou empregos públicos respectivos, proibida nova inclusão ou admissão a qualquer título, assim como o acesso a quadro diverso ou a outros cargos, funções ou empregos.”

Sala das Reuniões, 22 de junho de 2015.

Lafayette de Andrada - Gustavo Corrêa - Neilando Pimenta - Sargento Rodrigues - Gustavo Valadares - Arlen Santiago - João Leite - Ione Pinheiro - Duarte Bechir - Bonifácio Mourão - Luiz Humberto Carneiro - Dalmo Ribeiro Silva - Carlos Pimenta - Alencar da Silveira Jr. - João Vítor Xavier - Antônio Jorge - Antônio Carlos Arantes - Dilzon Melo - Felipe Attiê - Tito Torres - Gil Pereira - Wander Borges - Roberto Andrade - Doutor Wilson Batista - Gilberto Abramo - Leandro Genaro.

EMENDA Nº 1 AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 1/2015

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

“Art. 1º - O § 1º do art. 3º da Lei Complementar nº 89, de 12 de janeiro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º - (...)

§ 1º - Integram o Colar Metropolitano da RMBH os Municípios de Barão de Cocais, Belo Vale, Bom Jesus do Amparo, Bonfim, Catas Altas, Fortuna de Minas, Funilândia, Inhaúma, Itabira, Itabirito, Itaúna, Jequitibá, João Monlevade, Moeda, Pará de Minas, Prudente de Morais, Santa Bárbara, São Gonçalo do Rio Abaixo, São José da Varginha e Sete Lagoas.”

Sala das Reuniões, 22 de junho de 2015.

Fred Costa

EMENDA Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 1.660/2015

Acrescente-se onde convier:

“Art. ... - Os efeitos desta lei retroagem à data de 1º de junho de 2015.”

Sala das Reuniões, 22 de junho de 2015.

Cabo Júlio

Justificação: Esta emenda visa permitir que os agentes penitenciários e socioeducativos que tiverem seus contratos encerrados no mês de junho possam ser alcançados pelos efeitos da aprovação desta lei, uma vez que durante a tramitação da proposta, mesmo estando em regime de urgência alguns contratos já prorrogados perderam sua efetividade, colocando em risco o sistema prisional e socioeducativo por falta de servidores.

**PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 557/2015****Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária
Relatório**

De autoria do deputado Fred Costa, fruto do desarquivamento do Projeto de Lei nº 2.499/2011, o projeto em análise “dispõe sobre a criação da política estadual destinada à implantação do conceito de desenho universal na produção de habitação com interesse social e dá outras providências”.

A Comissão de Constituição e Justiça, em análise preliminar, concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. Posteriormente, a Comissão de Trabalho, da Previdência e da Ação Social, analisando o mérito da matéria, opinou pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo nº 2, que apresentou.

Vem, agora, o projeto a esta comissão para receber parecer quanto aos aspectos financeiro e orçamentário, em conformidade com o art. 188, combinado com o art. 102, inciso VII, "d", do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei determina que o Poder Executivo elabore política destinada à implantação do conceito de desenho universal na produção de habitação de interesse social. Segundo o art. 1º, parágrafo único, da proposição, o desenho universal corresponde a “um conjunto de critérios, a serem observados quando da concepção arquitetônica de unidades habitacionais (casas e apartamentos) e de espaços urbanísticos (sistemas de acesso, rampas, sinalizações, equipamentos), capazes de atender à maioria das pessoas, inclusive indivíduos com deficiências físico-motora, auditiva, visual e cognitiva, provisórias ou permanentes, mas também aquelas com estrutura diferenciada, obesidade e mobilidade reduzida, como crianças, gestantes, idosos”.

Em sua justificação, o autor do projeto afirma que “a adoção das concepções do desenho universal nos projetos arquitetônicos e urbanísticos é um processo em curso no mundo todo, a partir da evolução dos estudos da ergonomia aplicada aos produtos voltados à moradia, aos equipamentos públicos e de lazer, aos sistemas de circulação e às áreas comuns”.

A Comissão de Constituição e Justiça não detectou óbices de natureza jurídico-constitucional a impedir a normal tramitação do projeto, uma vez que a matéria se encontra no domínio da competência legislativa estadual.

Tendo em vista a necessidade de melhor sistematizar a matéria e atender aos objetivos do projeto, dentro dos limites da atuação constitucional do Poder Legislativo, a Comissão de Constituição e Justiça apresentou o Substitutivo nº 1, ressaltando que “o ponto de equilíbrio entre os Poderes Legislativo e Executivo envolve o reconhecimento de que projeto de lei, ainda que de iniciativa de parlamentar, pode fixar diretrizes de políticas públicas estaduais, não se admitindo, todavia, que a proposição entre em detalhes ou disponha sobre programas decorrentes dessas políticas”.

A Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social considerou a proposta meritória e oportuna, na medida em que propõe “a implementação das diretrizes de acessibilidade na produção de habitação de interesse social, entendendo que essa medida proporcionará mais qualidade, conforto e segurança às pessoas”. Entretanto, apresentou o Substitutivo nº 2, com o qual concordamos, a fim de “proceder a algumas alterações no Substitutivo nº 1, de acordo com o que prescreve a técnica legislativa, de modo a conferir maior clareza ao comando”.

Do ponto de vista financeiro e orçamentário, escopo desta comissão, a implementação das medidas constantes no projeto original implica despesas para o erário, o que não acontece em relação aos substitutivos apresentados pelas comissões que antecederam a esta, pois ambos inserem nas diretrizes da política estadual de habitação de interesse social, prevista na Lei nº 18.315, de 2009, os conceitos de desenho universal.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 557/2015, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 2, apresentado pela Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 22 de junho de 2015.

Tiago Ulisses, presidente – Vanderlei Miranda, relator – Rogério Correia – Sargento Rodrigues – Gustavo Corrêa – Celise Laviola – Thiago Cota.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 999/2015**Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária
Relatório**

De iniciativa do deputado Sargento Rodrigues, o projeto de lei em epígrafe, decorrente do desarquivamento do Projeto de Lei nº 89/2011, tem por escopo alterar a Lei nº 14.937, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA – e dá outras providências.

O projeto foi apreciado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Cabe agora a esta comissão, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, inciso VII, do Regimento Interno, emitir parecer sobre a matéria.

Fundamentação

O objetivo precípua do projeto é estabelecer a alíquota de IPVA de 1% para veículo movido a propulsor elétrico, mediante o acréscimo de parágrafo ao art. 10 da citada Lei nº 14.937.

De acordo com os arts. 7º e 10 do mesmo diploma, a base de cálculo do IPVA é o valor venal do veículo, e a alíquota de 1% é aplicada para veículos destinados a locação, de propriedade de pessoa jurídica, e para ônibus, micro-ônibus, caminhão, caminhão-



trator e aeronave. Em se tratando de motocicleta, motoneta, triciclo, quadriciclo, ciclomotor e veículo para transporte público rodoviário de passageiros, a alíquota é de 2%. Para caminhonete de carga picape, furgão e embarcação, é estabelecida a alíquota de 3%. Aos demais veículos aplica-se a alíquota de 4%. E a alíquota será de 0,5% para caminhões destinados a locação, de propriedade de pessoa jurídica que utilize no mínimo 500 veículos registrados no Estado destinados exclusivamente a locação, mediante regime especial de tributação concedido pela Secretaria de Estado de Fazenda, na forma, nos prazos e nas demais condições estabelecidos em regulamento.

Em todos esses casos, tratando-se de veículo movido exclusivamente a álcool etílico hidratado combustível, a base de cálculo fica reduzida em 30%, como dispõe o § 6º do art. 7º da citada lei.

O autor do projeto ressalta a importância de o poder público conceder incentivos fiscais para a produção e expansão do mercado de carros elétricos, por estes não produzirem poluição ambiental e serem bastante silenciosos. Destaca ainda que vários entes da Federação já o fazem, citando, a título de ilustração, os Estados de Ceará, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Sergipe, que concedem isenção de IPVA para esses veículos, e os de São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul, que determinam a aplicação de alíquotas menores para eles.

De fato, os veículos elétricos apresentam inúmeras vantagens sobre os veículos convencionais, sobretudo do ponto de vista ambiental, uma vez que não emitem gases de efeito estufa. Em favor desse tipo de propulsor, destacam-se a sua alta eficiência energética, o reduzido custo operacional, a baixa emissão de ruído e a ausência de vibrações. Segundo o Instituto Nacional de Eficiência Energética – Inee –, esses veículos podem produzir efeitos consideráveis no sistema elétrico interligado do Brasil, representando um papel extremamente positivo para redução de perdas de transmissão e distribuição no setor elétrico.

No entanto, embora já existam no Brasil empresas que utilizam, comercializam e fabricam veículos elétricos leves e pesados, que têm se mostrado viáveis para transporte de passageiros em centros urbanos, frotas municipais, serviços de distribuição postal, coleta urbana de lixo e logística de distribuição urbana, para que esses veículos conquistem definitivamente o mercado no País é preciso haver mudança de paradigma. É nesse sentido que a concessão de incentivos fiscais assume um papel crucial. A exemplo do que já foi feito pelo governo visando incentivar a produção e utilização de veículos movidos a álcool, durante a crise do petróleo, é importante estimular a utilização dos veículos elétricos no contexto atual de aquecimento global e crise energética.

No que tange à competência desta comissão para avaliar a repercussão financeira das proposições, cabe-nos salientar que o projeto de lei sob comento não entra em conflito com o art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, o qual estabelece requisitos para a concessão de benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita. Isso porque, como não há arrecadação do imposto relativo à propriedade de veículos elétricos, não há que falar em perda de receita, conforme já se pronunciou a Comissão de Constituição e Justiça.

Cabe ressaltar que a inexistência em nosso estado de frota de veículos movidos a energia elétrica não significa que, tornando-se lei, essa proposição ficaria desprovida de objeto, pois deve-se levar em conta que, em futuro próximo, a situação certamente se modificará, com o surgimento de uma frota composta de unidades automotivas desse gênero.

De resto, cumpre-nos esclarecer que o relator está de acordo com o Substitutivo nº 1, pois, conforme salientou a Comissão de Constituição e Justiça, “do ponto de vista da técnica legislativa, o projeto de lei melhor atenderia ao seu propósito se simplesmente acrescentasse inciso ao art. 10 da Lei nº 14.937, visto que o *caput* desse artigo enuncia diretamente, por intermédio de incisos, as categorias de veículos automotores com as respectivas alíquotas de IPVA. Além disso, a expressão 'independentemente da categoria', constante na proposição, se nos afigura desnecessária, porquanto a simples menção a veículo movido a energia elétrica engloba todas as categorias desse tipo de veículo”.

Em função disso, o substitutivo tão somente acrescenta o inciso X ao art. 10 da Lei nº 14.937, de forma a se estabelecer que a alíquota do IPVA será de 1% para veículo movido a eletricidade.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 999/2015, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 22 de junho de 2015.

Tiago Ulisses, presidente – Rogério Correia, relator – Sargento Rodrigues – Gustavo Corrêa – Celise Laviola – Thiago Cota – Vanderlei Miranda.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

47ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 11/6/2015

O deputado Vanderlei Miranda – Sr. Presidente, secretário, deputados e deputadas, cumprimento V. Exas. e os profissionais da imprensa que acompanham os trabalhos desta tarde. Saudamos nossas assessorias, os que nos acompanham das galerias e, de modo muito especial, os que estão em casa ou em seus locais de trabalho acompanhando os trabalhos desta tarde na Assembleia.

Sr. Presidente, o que me traz a esta tribuna é um fato do qual todo o Brasil já tomou conhecimento, sobre o qual já se falou no Congresso Nacional e que provocou manifestações de repúdio nas redes sociais. Pela minha posição de fê, como cristão que sou e por ser filho de um país que tem mais de 90% da população professando a fé cristã, não poderia deixar de vir a esta tribuna para, mais uma vez, repudiar, primeiramente, o gasto do dinheiro público por meio da Caixa Econômica Federal, da Petrobras e do governo federal, do qual meu partido é base nesta Casa. Não posso concordar que dinheiro público seja jogado pelo ralo como foi naquela chamada Marcha LGBT, que aconteceu em São Paulo. Para quem teve acesso às fotos, não ficou dúvida alguma, deputado Leandro



Genaro, de que aquela marcha foi uma afronta ao cristianismo e à fé cristã neste país. Simpatizantes, participantes e declarantes do movimento homossexual LGBT, que, da minha parte, não tem respeito algum, foram às ruas desrespeitando a lei do nosso país – que aliás vive uma incoerência, porque diz que é atentado ao pudor sair nu às ruas. Quando digo incoerência é porque, no Carnaval, também o que mais se vê é nudez pelas ruas, embora seja crime.

Mas lá estava o nu entre os manifestantes daquele grupo. Não apenas se satisfazendo em expor a sua ridícula nudez, um manifestante usou de elementos do simbolismo da fé católica, como, por exemplo, o crucifixo, introduzindo-o no ânus em via pública; e uma mulher, tomando uma imagem da fé católica, a introduziu na sua vagina também em via pública. Tudo isso em nome e em defesa de um movimento que não merece o nosso respeito, porque não nos respeita. O que eles fizeram foi um absurdo; o que eles fizeram foi uma agressão, uma imoralidade em nome de um movimento que quer conquistar direitos, mas que não respeita direitos; que quer ser ouvido, mas fez o que fez naquela marcha absurda. A pergunta que faço é a seguinte: até quando estaremos de braços cruzados assistindo a cenas como essas?

A minha imunidade parlamentar me permite falar desta tribuna o que eu quiser, mas serei respeitoso na minha fala, respeitoso no sentido de não usar aqui palavras obscenas, palavras de baixo calão. Mas uma coisa não posso fazer: me calar diante daquilo a que a nossa sociedade foi exposta nessa última chamada marcha LGBT, marcha *gay* ou queiram lá chamar como quiserem. Não podemos admitir pessoas que se acham no direito de fazer qualquer coisa neste país e que se acham no direito de não poder ser criticadas.

Deputado João Leite, é um absurdo o que presenciamos neste país. Isso nos envergonha como uma nação cristã. Aquele movimento tinha a proposta clara de atacar o cristianismo, de atacar a fé cristã e, de alguma forma, ridicularizar aqueles que neste país professam a fé cristã - são mais de 90%. Não podemos admitir isso.

Falo aqui como cidadão brasileiro, falo aqui como pai de família, falo aqui como avô que sou, falo aqui como cristão que sou. O que vimos foi um total desrespeito, uma total falta de educação e de pudor. E não adianta querer se levantar e dizer: “São os conservadores, são os radicais”. Porque é assim que somos, deputada Arlete Magalhães, muitas vezes considerados por discordar das ideias e dos pensamentos do movimento LGBT. “São os radicais.” Ora, “radical”, etimologicamente vem de “raiz”, e, se ser radical é defender também o meu direito de falar e o meu direito de protestar, sou radical, sim!

Outro dia, quer dizer, há uns 3, 4 anos, um grupo de jornalistas me abordou aqui na saída de uma audiência e me perguntou: “Deputado, você é homofóbico?” Eu disse: “Bom, primeiro me defina homofobia”. Ninguém sabia, deputado João Leite, me definir o que era homofobia. A única coisa que eles sabem dizer é que homofóbico é quem não gosta de homossexual. Então tive que, pacientemente, buscar explicar-lhes. Homofobia você separa em duas palavras: “homo”, de “homem”; e “fobia”, de “medo”. Homofobia é medo de homem. Eu respondi: “Se você quer traduzir homofobia literalmente, ao pé da letra do texto, sou homofóbico, sim. Tenho medo das ações dos homens”.

Tenho medo das ações de muitas pessoas. O próprio deputado Cabo Júlio acabou de denunciar, neste microfone, que foi ameaçado agora por um motoqueiro, no centro da cidade, e que teve o seu carro tomado de assalto outro dia, por três, quatro bandidos, estando ele com sua esposa e seu filhinho. Então, se homofobia é medo de homem, tenho medo do homem e das ações de alguns homens. Tenho, sim.

Mas se, por outro lado, querem atribuir a pecha de homofóbico à questão homossexual, o próprio criador do termo, um psiquiatra inglês, nos idos anos 1970, não concorda com isso, mas foi a única palavra que encontrou, na época, para fazer essa definição. E se ainda insistem, deputado Bosco, em dizer que somos homofóbicos, posso dizer também que os participantes desse movimento vergonhoso de domingo passado, que colocou pessoas nuas usando as figuras da fé cristã, católica, de forma acintosa, escandalosa, vergonhosa, são cristofóbicos. Não podemos ver cenas como essas e ficar calados. Uma total falta de respeito à família, uma total falta de respeito à fé das pessoas, uma total falta de temor a Deus, o que é pior.

O deputado João Leite (em aparte)* – Obrigada, deputado Vanderlei Miranda. Vejo a sua emoção ao tratar desse tema. Lembro-me sempre dos conselhos de alguns pastores, que me diziam que às vezes temos que ter cuidado com algumas coisas, porque Deus não precisa ser defendido. Em alguns momentos tenho o sentimento de que essas pessoas são totalmente ignorantes em relação ao poder e ao amor de Deus, porque estão mexendo com algo cujo poder nem conhecem.

A agressão foi muito séria, e quero me solidarizar com a Igreja Universal – está aqui o bispo Gilberto Abramo -, pois uma das manifestações foi na frente da Igreja Universal. Para mim foi a mais imoral e inaceitável manifestação que fizeram na frente de uma igreja que respeitamos tanto. Mas o que mais me chama a atenção nesse episódio todo, meus irmãos, é que somos muito criticados porque eles acham que, às vezes, misturamos o público com o religioso. Gostam de falar daquilo que não podemos fazer.

O deputado Vanderlei Miranda – Do laicismo.

O deputado João Leite (em aparte)* – O laico. A igreja não pode se meter no público, mas como foi que a Petrobras e a Caixa Econômica Federal financiaram isso? A Caixa Econômica Federal e a Petrobras não são públicas? Não pertencem ao povo brasileiro? Quem é que autorizou a Petrobras e a Caixa a darem dinheiro para essas pessoas irem para a frente da Igreja Universal e causarem esse espanto em cidadãos brasileiros que professam a fé na Igreja Universal, e atacar dessa maneira, com dinheiro público? Dinheiro dos impostos dos membros da Igreja Universal se viraram contra as pessoas da Igreja Universal. Isso é inaceitável. É inaceitável que o dinheiro dos impostos seja usado para isso.

O deputado Vanderlei Miranda – E sabe-se lá quanto.

O deputado João Leite (em aparte)* – Quanto custou uma agressão dessa às nossas igrejas? Não à igreja, mas às pessoas que vão à igreja. São todos cidadãos. Como V. Exa. falou, 90% de católicos, batistas, presbiterianos, fiéis da Universal, do Evangelho Quadrangular - está aqui o deputado Leandro Genaro -, os seguidores de todas essas igrejas foram atacados com o dinheiro dos impostos que pagam. Isso é inaceitável. Espero que V. Exa. nos lidere em uma grande manifestação. Contra essas pessoas? Não. Contra quem deu dinheiro para essa agressão gratuita contra as pessoas que misturam o Estado com a Igreja, para atacar a Igreja. Dinheiro do Estado para atacar a Igreja. Isso é inaceitável, estou com V. Exa. Que V. Exa. nos lidere numa marcha, numa marcha a



algun lugar, contra quem pagou essa vergonha contra a Igreja Universal, contra os católicos, contra os batistas, contra os irmãos do Evangelho Quadrangular. Muito obrigado.

O deputado Vanderlei Miranda – Obrigado, deputado João Leite. Meu tempo está se esgotando, tenho poucos segundos. Quero concluir dizendo, deputado João Leite, demais deputados e deputadas, que quem quer respeito, primeiro precisa respeitar. Se não nos respeitam, bispo Gilberto Abramo, não merecem também nosso respeito. Esse movimento LGBT não tem o meu respeito, aliás nunca teve. Depois desse último episódio, se nunca teve, agora não terá mesmo. Não pude trazer aqui as fotos que tenho impressas em meu gabinete, porque não posso mostrar na televisão tamanha obscenidade, tamanha agressividade, tamanha falta de vergonha. Não dá nem para mostrá-las diante da câmara de TV; por isso não estou com elas.

Quero agradecer a compreensão de V. Exa., Sr. Presidente, e dizer que deixo aqui o registro da minha indignação, somada à indignação de outros milhares neste país, que viram as mesmas cenas que vi. Creio que 99% deste Plenário professa a fé cristã, independentemente da religião que têm. Não podemos ficar de braços cruzados diante de uma afronta tão grande como essa que fizeram à fé cristã neste país. Como o deputado João Leite disse, Deus não precisa de ninguém para defendê-lo, de fato. Deus é Deus, Ele é soberano. Mas nós, como cristãos, que professamos a fé cristã, se não nos indignarmos com o que vimos, precisaremos repensar a nossa fé cristã. Muito obrigado, presidente.

* - Sem revisão do orador.

A deputada Cristina Corrêa* – Boa tarde. Quero informar que, na terça-feira desta semana, realizamos em Santa Luzia, meu município de residência, a primeira audiência pública do transporte coletivo. O que tiramos de conclusão dessa audiência é que o transporte público na região metropolitana está muito deficitário. As pessoas estão muito insatisfeitas, principalmente em relação ao Move, que não está atendendo às demandas da população. O Move tem trazido grandes problemas aos usuários.

Quanto à segurança, podemos perceber que é o principal problema e principal reivindicação popular, porque a segurança no Move está precária, muitas pessoas estão sendo assaltadas dentro das cabines e clamam por segurança no sistema Move de transporte.

Outro problema são as péssimas condições das vias. As avenidas não foram preparadas para receber o Move, as ruas estão esburacadas, pois o Move passa na pista dos veículos comuns. Aí o trânsito e a vida das pessoas, em vez de melhorar, têm piorado, e o tempo de deslocamento de casa ao emprego aumentou. O Move, criado para trazer solução ao transporte público, acabou se tornando hoje um grande problema. Teremos de trabalhar muito para mudar isso e achar uma saída para a população, que carece de solução urgente para o transporte coletivo urbano. Além disso, o preço das passagens está muito alto, a qualidade do serviço não condiz com esse alto preço.

Contamos com a presença de mais de 500 pessoas na audiência realizada no Sesc do São Benedito, entre as quais a deputada Marília Campos e o deputado Neivaldo. Constatamos um clamor da população por melhora no sistema de transporte. Temos de unir prefeitura municipal, governo do Estado, deputados e secretários para oferecermos as soluções que a população precisa.

Hoje o sistema de transporte público tem sido problema recorrente na região metropolitana, não é, deputada Marília?

A deputada Marília Campos (em aparte)* – Obrigada pelo aparte, deputada. Queria cumprimentá-la pelo pronunciamento. Como V. Exa. mencionou, tive oportunidade de estar presente naquela grande audiência em Santa Luzia. Como discutimos com a população de Santa Luzia, o governo Pimentel herdou um sistema que foi implantado pelo governo interior. O Move tem um ano de implantação e veio com o objetivo de corrigir problemas, melhorar o transporte coletivo e diminuir o tempo de deslocamento, mas, infelizmente, vemos que hoje o tempo de deslocamento aumentou e as pessoas convivem com ônibus lotados e insegurança. Na audiência, várias pessoas denunciaram que são vítimas de violência e assalto. Como discutimos na reunião, o governo Fernando Pimentel herdou um problema e caberá a ele resolvê-lo. É claro, deputada, que não será da noite para o dia, porque problemas como esse acontecem em Santa Luzia, em Ibirité, em Sarzedo, em Contagem, em Mário Campos e em toda a região metropolitana. Isso vai merecer um planejamento e medidas não apenas numa única cidade, mas em toda a região metropolitana.

Aproveito o aparte que V. Exa. me concede para fazer um cumprimento ao deputado Sávio Souza Cruz, que hoje está na Secretaria de Meio Ambiente. Há poucos dias, realizamos uma audiência na Comissão de Meio Ambiente denunciando os problemas verificados no manancial Vargem das Flores, um manancial que abastece 10% da região metropolitana, convive com a ocupação desordenada e com vários problemas. Depois dessa audiência pública, deputada, a Secretaria de Meio Ambiente fez uma fiscalização conforme denúncia do jornal *Estado de Minas* de hoje. Era isso o que esperávamos: uma ação governamental para proteger o manancial. Então, nesta intervenção, queria cumprimentar o deputado Sávio Souza Cruz, que agiu prontamente ao nosso pedido fazendo a fiscalização no manancial Vargem das Flores. Muito obrigada pelo aparte.

A deputada Cristina Corrêa* – Obrigada, deputada Marília. Temos percebido que tem feito toda a diferença a forma de governo que Fernando Pimentel tem implantado em nosso estado, um governo participativo, popular, que dá voz à população e procura dar respostas, porque a população está carente de respostas e de governantes que realmente trabalhem por ela. Nestes seis meses de governo, temos percebido boa-vontade do governador Pimentel e de todos os secretários em atender e ir junto à população ouvir os problemas e buscar soluções.

Esse tem sido um grande diferencial deste governo. Passo a palavra para nosso deputado Rogério Correia.

O deputado Rogério Correia (em aparte) – Deputada Cristina Corrêa, quero, em primeiro lugar, parabenizá-la pela audiência pública realizada sobre transporte coletivo em Santa Luzia. O problema do transporte da região metropolitana é antigo e precisa de solução. Sabemos da situação da região de Santa Luzia. V. Exa., moradora de lá, conhece bem sua realidade. Infelizmente, não pude comparecer à reunião, mas tive notícias e a acompanhei. Foi um sucesso a audiência. Espero que, a partir dela, encontremos soluções melhores para o trânsito. A própria audiência pública apontou caminhos para isso. Por isso a parabenizo.

Aproveito o aparte para dizer a V. Exa. que estamos num esforço para aprovar o projeto de professores e professoras na terça-feira, já em 2º turno. V. Exa. também é professora. Essa é uma solicitação e um convite que faço aos deputados e às deputadas para estarem presentes. Os professores, no dia, farão uma assembleia nesta Casa. Acho que poderemos nos congratular com eles diante da aprovação do projeto em 2º turno, conforme acordado com o sindicato. Faço esse convite para que o Plenário esteja com todos os



deputados presentes. Espero que a Assembleia Legislativa dê aos professores essa valorização que todos nós, durante a campanha eleitoral, asseguramos a nossos mestres educadores aqui em Minas Gerais.

Foi esse o pedido. Talvez as pessoas tenham ouvido o deputado Sargento Rodrigues falar sobre ele no início da reunião. A solicitação que fiz a ele ontem foi a de não pedir verificação de quórum para terminar a reunião, exatamente para que fossem lidos os nomes dos membros da comissão que analisará a PEC do projeto dos professores. Agradeço a todos os deputados a compreensão no dia de ontem. Mantivemos a reunião, e estará tudo pronto para votação na terça-feira. Esse é um convite que fazemos aos professores e, claro, aos deputados.

Por fim, quero falar a V. Exa. sobre Montes Claros. V. Exa. falou sobre os fóruns do governo. Hoje Montes Claros está uma maravilha. O governador Pimentel esteve no primeiro dos fóruns participativos. O governo Pimentel reiterou a participação popular. Estavam lá quase todos os prefeitos da região, o que mostra que há adesão das prefeituras ao procedimento, visando a uma discussão democrática. Acabou a era do choque de gestão. Entrou a era da gestão democrática, inaugurada em Montes Claros com muita alegria, com muita participação social, com membros do movimento de atingidos por barragens, com sem-terras, com professores, com categorias diversas. Essa participação, tenho certeza, vai se repetir em todas as regiões do Estado. Parabéns pelo seu pronunciamento.

A deputada Cristina Corrêa* – Que bom. Obrigada, deputado Rogério Correia.

Quero aproveitar a oportunidade para mencionar que sabemos que os problemas são muitos, mas que o governo tem tido boa vontade para solucionar esses problemas, discuti-los com a população e buscar soluções. Hoje participei de uma audiência, na Câmara Municipal de Santa Luzia, sobre o Hospital São João de Deus, que hoje está de portas fechadas, infelizmente, sem maternidade. Há dois anos não nascem crianças no hospital de Santa Luzia. A saúde do município clama por socorro. A população hoje, para uma consulta ou um exame, precisa se deslocar aos municípios vizinhos. A cidade possui 220 mil habitantes, mas seu hospital não está funcionando. Essa situação é muito difícil. O Estado tem se mostrado muito disposto a contribuir para a reabertura do hospital. A população da cidade espera que esse hospital seja reaberto o mais breve possível. Estamos trabalhando muito para que isso aconteça.

O deputado Bosco (em aparte)* – Deputada Cristina Corrêa, quero aproveitar a oportunidade, primeiro para cumprimentá-la pela audiência pública realizada em Santa Luzia, já relatada aqui por V. Exa., com o reconhecimento do deputado Rogério Correia.

Soube do sucesso que foi essa audiência pública, sobretudo por tratar de um tema tão importante, que é o transporte público. Temos pela frente um grande desafio porque esse problema existia há poucos anos tão somente nas capitais. Sabemos que hoje é um problema recorrente em praticamente todos os municípios, a exemplo de Santa Luzia e de Araxá, minha cidade. Enfim, é um problema de praticamente todos os municípios. Precisamos dar uma tratativa diferenciada a esse problema e enfrentá-lo, para que possamos buscar junto ao governo e às instituições a questão da organização do transporte público, termos um transporte público de qualidade, sobretudo que ofereça segurança aos usuários. Aí, sim, vamos convencer as pessoas a deixar seus veículos em casa e utilizar mais o transporte coletivo, para que, realmente, tenhamos tranquilidade nesse trânsito, que tanto incomoda as pessoas e causa vários prejuízos nas grandes cidades e chegando agora também a cidades menores.

Gostaria de aproveitar, deputada Cristina Corrêa, para agradecer-lhe o apoio junto à nossa Comissão da Cultura, sobretudo na causa do Teatro Klauss Vianna. Abraçamos essa causa através da comissão, e V. Exa. foi uma pessoa bastante ativa conosco. Conseguimos, num trabalho conjunto com a Comissão de Direitos Humanos, com a Secretaria de Cultura, por intermédio do secretário Angelo Oswald, e, sobretudo, com a conscientização do nosso presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, prorrogar a existência do Teatro Klauss Vianna por mais 60 dias, ou seja, até o mês de agosto. O teatro estava com os dias contados e seria demolido em breve, ou seja, entre o mês de julho e agosto. Agora temos prazo para chegar a um entendimento junto ao governo e junto à OI, contando sempre, é claro, com o apoio do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Gostaria de agradecer sua atuação conosco e seu empenho em prol do Teatro Klauss Vianna.

A deputada Cristina Corrêa* - Eu é que agradeço, deputado Bosco. Fico feliz porque nossa Comissão de Cultura tem conseguido grandes avanços. Em pouco tempo, conseguimos resolver a questão do Ballet Jovem, que continua funcionando e tendo os ensaios. Os bolsistas conseguiram manter as bolsas, e agora tivemos mais essa conquista do Teatro Klauss Vianna. Sabemos que ainda há muitas conquistas por vir. Na Comissão de Cultura, temos trabalhado bastante e conseguido grandes avanços. Fico muito satisfeita de fazer parte de uma comissão tão atuante, que tem o deputado Bosco como presidente. Obrigada pela oportunidade.

O deputado Ricardo Faria (em aparte)* – Agradeço, presidente. Serão 50 segundos. Queria cumprimentá-la, deputada. A gente sabe do seu compromisso com o povo de Minas, especialmente com o de Santa Luzia.

Recebemos ontem na Comissão da Saúde seu pedido propondo uma audiência pública em vista da situação do Hospital São João de Deus, de Santa Luzia. É um hospital fundamental, que garante a assistência hospitalar da cidade. Nós, prontamente, aprovamos seu requerimento. Logo marcaremos essa audiência para discutir ao seu lado, ao lado do Ministério Público e ao lado da Secretaria de Saúde uma solução para podermos garantir atendimento de qualidade na assistência hospitalar de Santa Luzia. Muito obrigado. Queremos estar ao seu lado levando boas notícias aos usuários do SUS de Santa Luzia. Parabéns, deputada.

A deputada Cristina Corrêa* – Muito obrigada pela oportunidade, deputado Ricardo.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Ulysses Gomes* – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público que nos acompanha pela TV Assembleia, cumprimento e convido a todos a fazer uma reflexão conosco. É uma tentativa de compartilhar o esclarecimento de fatos que vivenciamos ao longo dos últimos anos. Alguns grupos, especialmente a oposição aos governos estadual e federal, insistem em fazer com que histórias construídas pela mídia diariamente se tornem verdade. Diga-se de passagem, infelizmente, pela forma maciça com que a imprensa mostra os fatos, a população tem a tendência de cair em versões inverídicas. Boa parte dessa mídia – não toda – não tem a hombridade de reconhecer os fatos e dar-lhes a mesma publicidade, para que as pessoas façam comparação e distingam o verdadeiro do falso. Ao longo dos últimos anos, vemos a revista *Veja* construindo fatos que, em sua maioria, são derrubados pela verdade, dias ou semanas depois. Ela não é capaz de esclarecer essa verdade à sociedade.



Não quero atentar à dimensão dos fatos em geral, mas um deles comprova o que estamos falando. Na terça-feira da semana passada, tivemos uma reunião extraordinária nesta Casa como tentativa de fazer acordo e iniciar a votação do projeto dos professores, o que não foi possível porque não houve quórum pela manhã. Dessa forma, o projeto foi votado na parte da tarde. Acontece que, já no período da manhã, vimos vários deputados da oposição nos corredores e aqui no Plenário enchendo o peito e apresentando um documento, retirado no TRE, de declaração da prestação de contas da candidata do Partido dos Trabalhadores Helena Ventura, que está ficando muito conhecida pela mídia. Eles mostravam esse documento como se fosse a descoberta do mundo, querendo dizer mais uma vez que o PT é um partido corrupto, que o PT está roubando, que há esquema de corrupção no PT. Esta é a versão que divulgam a todo momento.

Esta semana, a presidenta Dilma disse muito bem que, infelizmente, carrega o ônus do que foi uma grande vitória para o País, que é o combate à corrupção. Os governos Lula e Dilma foram capazes de fazer isso, com o fortalecimento dos órgãos de controle. O governo que mais combateu a corrupção vem sendo tachado de o mais corrupto, e a população não consegue distinguir uma coisa da outra. É exatamente a forma democrática, transparente e sobretudo de combate à corrupção, através do fortalecimento dos órgãos de controle, que foi capaz de fazer com que o País pudesse tirar de debaixo do tapete muitos atos de corrupção que estavam escondidos há muito tempo.

Volto a falar do que ocorreu nos últimos dias. Na terça-feira passada, os deputados da oposição gritavam pelos corredores a história de uma candidata do PT que pagou uma empresa, uma gráfica, e a nota fiscal tinha o valor de mais de R\$36.000.000,00. Nós alegamos que aquilo era um absurdo, que havia alguma irregularidade. No dia seguinte, quarta-feira, a grande maioria dos jornais do Brasil publicou esse fato.

O Partido dos Trabalhadores soltou uma nota técnica dando informações sobre a enfermeira Helena Ventura, com a qual não tínhamos contato naquele momento. Vários órgãos de imprensa a procuraram. Ela é uma pessoa simples. Todo mundo que tem a oportunidade de conhecê-la sabe, claramente, sobre a vida dela e poderia afirmar que realmente ela não tinha condições naquele momento, pela pressão da mídia, de se expor e esclarecer o fato. Mas o certo é que ninguém, nenhum jornal, nenhuma mídia deu ouvidos ao esclarecimento do nosso partido mostrando a verdade dos fatos.

Para piorar, depois de todas as explicações, no final de semana, nos deparamos com a capa da revista *Veja*, dando ênfase a uma matéria com o seguinte título: “Duas mulheres e um segredo.” Aqui está a chave da questão. Tudo o que falamos, que provamos, explicamos, os jornais, a mídia, em especial a *Veja* e depois a *IstoÉ*, que tentam construir um esquema, um factóide, montar uma história toda com esses fatos, ignoraram.

Quero responder à revista *Veja* com sua matéria “Duas mulheres e um segredo”, deputado Rogério Correia. V. Exa. sabe qual é o segredo dessa história da *Veja*, que ela não quer contar? É que a contadora dessa simples senhora, candidata à deputada pelo PT, é uma contadora filiada ao Democratas desde 1983, uma militante das redes sociais, que ataca o PT a todo o momento, que deveria prestar conta de uma nota correspondente a uma fração de R\$725,00, mas de forma absurda se confundiu. Ela é uma contadora, uma profissional, mas militante contra o Partido dos Trabalhadores. Declarou, por duas vezes, pois pelo sistema tem de fazê-lo, não os R\$725,00, mas mais de R\$36.000.000,00. Depois de deixar os fatos públicos, sumiu. Infelizmente, de forma ingênua, a candidata assinou. Estava prestando contas, e isso é público, todo mundo viu, mas ninguém aceitou as justificativas. Na hora em que a candidata apareceu, explicou-se, quero aqui compartilhar que a contadora Rosilene escreveu um documento, de próprio punho, registrado em cartório, um documento oficial, dizendo: “Eu, Rosilene Alves Marcelino, portadora do CRC 57.252, CPF 312.258.562 -15, com escritório contábil à Rua Pedro Neves, 168, na cidade de Betim, declaro, para todos os fins, que o valor de R\$36.250.000,00 tratou-se de um erro de lançamento quando do preenchimento do sistema de prestação de contas eleitoral e que o valor correto seria de R\$725,00, conforme nota fiscal eletrônica nº 11.035.” Ou seja, depois de criar uma história, vincular a esposa do governador, que está no inquérito por simplesmente ter tido uma empresa, no passado, no mesmo prédio em que a pessoa denunciada - que há de aparecer, que até está sendo investigada -, a revista ignora a verdade. Se isso de alguma forma tivesse ligação, deputado Rogério Correia, entendo que todas as pessoas que ali tiveram alguma empresa, alguma sala, algum escritório deveriam ser investigadas, e não só uma. O que interessa à investigação e o que interessou à revista e à mídia é vincular uma pessoa, que é a esposa do governador, e uma candidata que, de forma infeliz e equivocada, prestou contas. Mas foi um equívoco muito estranho, declarado por uma contadora, uma profissional filiada a um partido de oposição e que hoje qualquer cidadão que entre nas redes sociais dela vai ver lá, no dia a dia, inúmeras, dezenas de postagens preconceituosas de ataques ao Partido dos Trabalhadores.

Então, deputado Rogério Correia, essa é a verdade da *Veja*, esse é o segredo do qual falou esta revista. Podemos simplesmente jogá-la fora, pois não serve para nada. Conta história a todo momento, mas, depois de uma semana, mesmo a verdade vindo à tona, ignora os fatos. (- Rasga revista.)

Isso é o que podíamos fazer. Aliás, nem merecia, pois gastar dinheiro para comprar uma revista dessa é perda de tempo. Mas não, é impressionante como ainda temos a infeliz oportunidade de ver deputados da oposição querendo encher o peito para perguntar: “Cadê os R\$36.000.000,00?”. E cadê a contadora filiada a um partido de oposição que acredito, sim, de forma planejada deve ter feito isso?

Srs. Deputados, é a mesma coisa ocorre com a revista *IstoÉ*, que fala sobre o inquérito: “Um cruzamento de dados feito pela equipe da Operação Acrônimo” – operação da polícia – “e pelo TRE mineiro constatou que a gráfica de Bené recebeu aproximadamente R\$40.000.000,00. O dinheiro seria a remuneração pela confecção de santinhos e adesivos para candidatos do PT mineiro”. A revista liga a Justiça Eleitoral a Helena, candidata, por essa nota. Todo o esquema que eles inventaram tem a ver com essa nota, que hoje está sendo desmentida, não está sendo provada.

Deputado Rogério Correia, a bancada do PT – estarei em nome do PT – visitará, hoje, no final do dia, o promotor Dr. Patrick Salgado Martins, que declarou no jornal *Hoje em Dia*: “O MP investiga pagamento de R\$36.000.000,00 a Bené”. Ele relata toda a história que contei aqui e diz o seguinte: “Os fatos são seríssimos. Já solicitei a minha equipe que faça um levantamento do processo de prestação de contas da Sra. Helena Ventura. Aguardo elementos colhidos na Operação Acrônimo, cujo alvo principal é Bené, que também solicitei informações”. Nobre promotor, apresentaremos esses dados para V. Exa. Hoje faremos uma representação com os



documentos que comprovam claramente que essa história contada foi uma armação contra o governador Fernando Pimentel, uma armação tentando vincular sua esposa a uma simples senhora, a uma simples militante do PT, servidora do Estado. Ela foi a primeira vítima dessa covardia que hoje está sendo desmentida. Com certeza, ao final dos próximos dias, poderemos desmontar essa história declarada como esquema. O que nos deixa mais indignados é que a Polícia Federal ainda é capaz de cair em uma armação dessa, em uma história dessa, mas hoje temos a oportunidade de desmascarar essa revista, essa versão, essa história, e provar para a sociedade mineira e brasileira a verdade dos fatos que comprovam, sobretudo, a seriedade da nossa ação política.

O deputado Rogério Correia (em aparte) – Deputado Ulysses Gomes, é óbvio que se tratava de erro de cálculo. Quem faria uma única nota fiscal no valor de R\$36.000.000,00 para uma candidata? Nunca. Qualquer pessoa, diante daquilo, perceberia que havia um erro, menos a revista *Veja*. Aliás, essa revista não merece esse nome. Eu a chamo de *Veja Bandida*. A *Veja Bandida* é outra coisa. Ela conta mentira, depois de contar a mentira, faz interlocução com os opositores do PT, criminaliza, pede cassação de mandato, CPIs. Isso é toda vez. Há muitas histórias. Eu mesmo já denunciei uma história contra mim. A *Veja* escreveu na capa: “A trama dos falsários”. E o falsário era eu. Segundo a *Veja*, eu falsificava a lista de Furnas. Depois descobriram que a lista de Furnas era verdadeira. O laudo da Polícia Federal dizia que a lista era verdadeira. O laudo está lá. A lista é verdadeira. Mas a *Veja* trata dessa forma. Depois vêm opositores cassar mandatos, criminalizar partidos políticos. A *Veja* funciona assim. Ela é instrumento do banditismo na política. É por isso que a chamo de *Veja Bandida*.

Por exemplo, a *Folha de S.Paulo* não publicou essa matéria. Ela pode ter um conteúdo de oposição, mas percebeu: “Onde estava a nota fiscal? Ah, não existe, então deve ter sido um erro”. Agora V.Exa. revela que não foi um erro, foi uma contadora do DEM, provavelmente plantada pela *Veja*, e em conluio com os outros para tentar criminalizar o governador Fernando Pimentel.

Isso é política que se faça? E utilizar uma revistinha dessa? A *Veja* bandida eu não gasto nem força para rasgar, não vale nada. Parabéns por ter deixado às claras a farsa que estava sendo montada de forma maldita em torno desse tema. Isso não é fazer política, isso é fazer banditismo político.

O deputado Ulysses Gomes* – Queria, para terminar, presidente, registrar que o único jornal em Minas que foi capaz de falar a verdade foi o jornal *O Tempo*, que hoje traz a matéria completa dos fatos. Espero, na mesma repercussão que os outros jornais foram capazes de dar a esse caso, ao longo dos próximos dias termos oportunidade desse esclarecimento.

No mais, registro aqui a parceria de todas as companheiras e de todos os companheiros de nosso partido que, ao longo desses dias, têm sido nas ruas criminalizados por um fato armado, uma história inverídica, uma total inverdade. Agora, tendo a oportunidade de esclarecer, esperamos que a sociedade brasileira tenha condição de discernimento. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Leandro Genaro* – Muito bem. Quero aproveitar esse breve tempo que tenho de 5 minutos. Gostaria de falar menos, eu tinha planejado quase não falar nesta Casa, mas não me deixam quieto algumas pessoas que insistem em provocar uma atitude dos que têm uma fé cristã. É interessante, porque nos chamam de intolerantes, e a tolerância que pregam na verdade é uma neutralidade forçada, porque tolerância, segundo alguns pregam, é você admitir tudo, é você não ter posição, é você dizer que tudo é válido e comum e que tudo deve ser aceito. Eu, como pastor, fui trazido a esta Casa como pastor, conduzido pelo povo evangélico do Estado de Minas Gerais. Sei que aqui já falou o pastor deputado Vanderlei Miranda, aqui já falou ontem o deputado Noraldino Júnior, mas eu também tenho de falar sobre o que aconteceu no último final de semana na parada *gay* - que, para mim, é mais uma parada da sem-vergonhice -, sobre o que fizeram na parada do desrespeito. Chamam-nos de intolerantes, mas eles é que são intolerantes, não merecem o nosso respeito. Cometeram um crime contra o Código Penal, que prevê que ninguém pode – usarei um termo bem popular porque sei que há pessoas nos assistindo agora na TV Assembleia – fazer chacota da fé de ninguém, ninguém pode ridicularizar a fé de ninguém. E quero fazer uma separação: existem os *gays*, as lésbicas, os homossexuais, que podem ter a prática que quiserem. Não estamos aqui para combatê-los, estamos aqui para combater a intolerância, porque esses que fizeram o que fizeram domingo não são simplesmente homossexuais, são ativistas. E o problema está nos ativistas, que não respeitam ninguém, que não respeitam a fé, que são cristofóbicos. Chamam-nos de homofóbicos, mas eles são cristofóbicos, são anticristãos, não nos respeitam, entram em reuniões evangélicas e começam a se beijar na boca. Nem um casal heterossexual pode fazer isso numa reunião religiosa. E, se achamos que está errado, somos homofóbicos; se criticamos o comportamento, somos homofóbicos.

Então, agora não posso criticar mais? Não posso me posicionar mais? Não posso professar minha fé e dizer que, para mim, de acordo com a Bíblia, família é homem, mulher e sua prole? Se alguém quiser, dois homens ou duas mulheres, morar junto é problema deles. Agora, impor isso a nós? Não vamos aceitar.

Ideologia de gênero: está chegando o dia, faltam apenas 13 dias do prazo estipulado para que os municípios votem os Planos Municipais de Educação. Estamos de olho. Estamos atentos. Estamos acompanhando.

Quero aproveitar a TV Assembleia para chamar a atenção de vereadores e da população de maneira geral: procurem saber como está no seu município a votação do Plano Municipal de Educação. Há muitos planos com pegadinhas, com palavras muito bem manipuladas para introduzir essa ideologia que diz que não existe homem, não existe mulher, não existe macho, não existe fêmea, todo mundo é neutro. Ditadura *gay*? Ditadura da minoria? Se estiver enganado, democracia diz e ensina que a minoria pode se manifestar, mas, diante da vontade da maioria, ela tem de se calar.

Quero parabenizar os deputados federais evangélicos e católicos que, na noite de ontem, na Câmara, fizeram sua manifestação de repúdio ao que aconteceu no último final de semana na parada *gay*. Eu não sou intolerante. Acho até que somos tolerantes demais, deputado Bonifácio Mourão. Agora, fazer o que fizeram... Criminosos. A lei prevê para esses criminosos de um mês a um ano de cadeia. O nome deles é conhecido, por que não vão ser presos? É crime. A Câmara Municipal de São Paulo teve de rejeitar a ideologia de gênero do texto, debaixo de pressão de evangélicos e católicos. Aqui, no Estado de Minas Gerais, vai ser da mesma forma. Tenho certeza de que aqui, na Assembleia, isso não passa.

Agradeço o tempo, apesar de ter sido curto. Deus nos abençoe e tenha misericórdia da nossa nação.

* - Sem revisão do orador.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 22/6/2015, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos, relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Anselmo José Domingos

exonerando Pedro Santana do cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 8 horas;
nomeando Pedro Santana para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 8 horas.

Gabinete do Deputado João Magalhães

exonerando Sérgio Lúcio Camilo do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;
nomeando Luiz Carlos Santos Getulino para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas.

Gabinete do Deputado Professor Neivaldo

exonerando Renata Soares Cardoso do cargo de Supervisor de Gabinete, padrão VL-41, 8 horas;
exonerando Valmir de Souza Oliveira do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas;
nomeando Isabel Cristina Gomes Souto para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas;
nomeando Renata Soares Cardoso para o cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas;
nomeando Valmir de Souza Oliveira para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas.

Gabinete do Deputado Tito Torres

exonerando Marcos José da Silva do cargo de Assistente de Gabinete II, padrão VL-41, 8 horas;
exonerando Waldenise Leite Orlando Teixeira do cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas;
nomeando Waldenise Leite Orlando Teixeira para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.130, de 4/5/1993, 5.179, de 23/12/1997, e 5.305, de 22/6/2007, e da Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando José Eustáquio Coelho de Moraes do cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Adriana Botelho Gamarano Marques para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Marcos José da Silva para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.

TERMO DE CONVÊNIO Nº 6/2015

Primeira convenente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segunda convenente: Polícia Civil do Estado de Minas Gerais. Objeto: cooperação institucional visando a maximizar as ações de polícia judiciária necessárias ao exercício de mandato eletivo. Vigência: 12 meses contados a partir de 1º/4/2015.